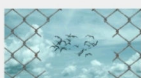
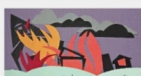
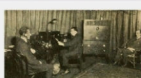
REVISTA OESTE
EDIÇÃO 232 — 30/08/2024

ANISTIA

Não há outra forma de resgatar o Brasil do beco sem saída imposto ao país pelo regime fora da lei do ministro Alexandre de Moraes

Por AUGUSTO NUNES e CRISTYAN COSTA

Playlist da edição

- Anistia já
- Carta ao Leitor — Edição 232
- Marçal e os outros
- Os limites da democracia
- Fogo amigo
- A velha imprensa descobre Xande
- Lições da Venezuela
- Não mexam nos símbolos nacionais
- Incêndios: de quem é a culpa?
- O novo saque dos fundos de pensão
- Lula chamuscado queima a imagem do Brasil
- Os votos dos pobres
- Galípolo no BC agrada ao mercado. Por enquanto
- Nunca lhe prometi a Floresta Amazônica — Final
- Detidos no espaço
- O abismo entre as elites e as massas
- Imagem da Semana: Repórter Esso
- 'A democracia brasileira vive uma crise de legitimidade'
- 'Não somos os mesmos humanos de antes do celular'

Alexandre de Moraes | Foto: Montagem Revista Oeste/Shutterstock/Agência Brasil

| EDIÇÃO 232

Anistia já

Enquanto existirem presos políticos, o Brasil não será um país democrático

AUGUSTO NUNES · CRISTYAN COSTA · 30 AGO 2024

"A lei sou eu", grita o desempenho do ministro Alexandre de Moraes no que certamente seria seu derradeiro agosto no Supremo Tribunal Federal se fosse verdade que, como vivem recitando os figurões da República, as instituições estão funcionando perfeitamente. Haja cinismo. O Executivo e o Legislativo continuam fingindo que nem notaram a mudança na paisagem: entre o começo de 2019 e este agosto inverossímil, o Judiciário confiscou atribuições alheias, tornou-se uma entidade política e, para normalizar a anormalidade, instalou a ditadura do Judiciário, chefiada por Alexandre de Moraes. Como se verá nas manifestações do Sete de Setembro, milhões de brasileiros estão inconformados com os abusos, delinquências e desmandos protagonizados por superjuízes de novela mexicana. Essa imensidão de gente desdenhada pelo consórcio no comando acompanhou com perplexidade e asco a pedagógica série de reportagens publicadas pela *Folha de S.Paulo* a partir do dia 13, assinadas pelos jornalistas Glenn Greenwald e Fabio Serapião. Quem tem mais de cinco neurônios juntou-se de imediato ao coro que exige a restauração da democracia desenhada pela Constituição de 1988.

Lula e seus ministros não deram um pio sobre o escândalo. Absorvida por negociações sobre o tamanho e o modelo das emendas parlamentares, a maioria dos deputados e senadores está ocupada demais com as eleições municipais. Juram que não houve tempo para examinar as revelações amparadas em mensagens e áudios enviados por WhatsApp. Os demais integrantes do Timão da Toga não viram nada de mais nas informações que escancaram ações indecorosas do grupo formado por Moraes depois de ter transformado numa coisa só os porões do STF e do Tribunal Superior Eleitoral. Ao longo de 2023, como provou a *Folha*, os juízes-auxiliares Airton Vieira e Marco Antônio Vargas, diretamente subordinados a Moraes, foram incumbidos de caçar justificativas para punições já decididas pelo carrasco compulsivo. Nessa missão, a dupla de magistrados contou com a ajuda do perito forense Eduardo Tagliaferro, chefe da Assessoria Especial de Enfrentamento à Desinformação do TSE. Se o alvo figurasse na lista dos perseguidos preferenciais, qualquer suspeita virava prova robusta. Caso não surgissem sequer vestígios de culpa, os investigadores que costurassem alguma fantasia.

Alexandre de Moraes, durante sessão no STF (14/9/2023) | Foto: Ueslei Marcelino/Reuters

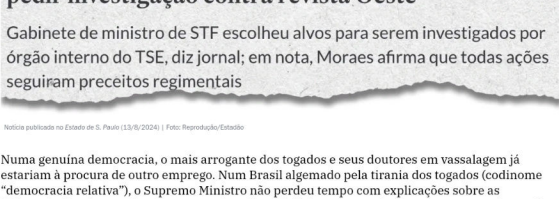
"Moraes usou TSE fora do rito para investigar bolsonaristas no Supremo", murmurou a manchete da reportagem que abriu a série. É provável que, a cada cem leitores, 99 ignorem o que significa "fora do rito". Que tal substituir a misteriosa expressão por um claríssimo "ilegalmente"? Tranquilizados pela timidez da *Folha* e pelo silêncio dos prisioneiros do medo, Moraes e seus aliados iniciaram a contraofensiva no mesmo dia 13. Numa sessão do STF, o vilão da história jurou que nenhum rito caíra fora dos trilhos. Uma toga solidária confirmou que as normas legais não tinham sofrido um único arranhão. Outro eminente colega garantiu que todos os nomes mencionados no material obtido pela *Folha* engrossavam havia muito tempo a imensa freguesia da maior vara criminal do planeta. Descobriram em poucas horas que haviam derrapado na afoiteza.

No dia 14, o segundo capítulo da série revelou que o perito Tagliaferro, encarregado de garimpar motivos para que **Oeste** fosse desmonetizada pelo YouTube, atreveu-se a enxergar apenas "publicações jornalísticas" no que vira ao longo de minuciosas inspeções. O problema foi resolvido num diálogo resumido em duas frases encerradas com risos eletrônicos: "Use sua criatividade rsrsrs", sugeriu o juiz Vieira. "Vou dar um jeito rsrsrs", rendeu-se o perito. Permanece desconhecido o jeito que deu. O que se sabe é que a desmonetização chegou poucas semanas depois e só se retirou muitos meses mais tarde. Esse episódio conduz à constatação perturbadora: o ministro que sempre dispensou provas de culpa para punir alguém agora também se vale de provas fabricadas ou adulteradas para castigar inocentes.

'O ministro é muito blindado', diz Eduardo Tagliaferro, em entrevista a **Oeste** | Foto: Divulgação/Montagem/Revista **Oeste**

ESTADÃO · ASSINE ESTADÃO

'Use sua criatividade', diz juiz auxiliar de Moraes ao pedir investigação contra revista Oeste

Gabinete de ministro de STF escolheu alvos para serem investigados por órgão interno do TSE, diz jornal; em nota, Moraes afirma que todas ações seguiram preceitos regimentais

Notícia publicada no *Estado de S. Paulo* (13/8/2024) | Foto: Reprodução/Estadão

Numa genuína democracia, o mais arrogante dos togados e seus doutores em vassalagem já estariam à procura de outro emprego. Num Brasil algemado pela tirania dos togados (codinome "democracia relativa"), o Supremo Ministro não perdeu tempo com explicações sobre as delinquências devassadas nas catacumbas do Judiciário. Neste 17 de agosto, por exemplo, a *Folha* contou que os parteiros de bandalheiras examinaram com carinho a ideia de escalar um jagunço para raptar Allan dos Santos, e trazer de volta o jornalista brasileiro cuja extradição foi sumariamente rejeitada pelo governo americano. No dia 21, abriu mais um inquérito sigiloso, agora para descobrir quem e como vazara o acervo de documentos divulgados pela *Folha*. O que pretendia era quebrar o sigilo da fonte, assegurado pela Constituição. Se quisesse esclarecer os detalhes dos crimes, nem precisaria sair de casa. Bastaria ligar um gravador e confessar tudo o que fez.

Para Moraes, foi um agosto e tanto. Além de lidar com as bandidagens que apadrinhou, encontrou tempo para piorar a vida dos brasileiros que tropeçaram no seu reino. No dia 27, por exemplo, proibiu a *Folha* de entrevistar Filipe Martins. Acusado de ter feito uma viagem que não existiu, o ex-assessor para assuntos internacionais de Jair Bolsonaro ficou preso seis meses. Ao constatar que não conseguiria o que efetivamente procurava — uma delação premiada que atribuísse qualquer crime, contravenção ou pecado ao ex-presidente —, o recordista mundial de encarceramento em massa concordou em mandar Martins para casa, mas sem devolver ao perseguido preferencial o direito de ir e vir. Com uma perna aprisionada pela tornozeleira eletrônica, Martins não pode sair de casa durante a noite e nos fins de semana. (Nos seus tempos de hóspede da Polícia Federal em Curitiba, Lula concedia entrevistas uma vez por semana e trocava ideias com Janja no tempo restante. Martins só pode abrir a boca com parentes. Em casa.)

Na manhã do dia 28, sempre convencido de que certidão de casamento é prova de delito grave, Moraes derrubou as redes sociais da advogada Paola Silva, mulher do ex-deputado Daniel Silveira, que também teve o passaporte cancelado. Caso descumpra alguma exigência, Paola pagará uma multa diária de R$ 200 mil. À noite, o Supremo Vigilante ordenou ao governo do Rio de Janeiro que submetesse Daniel Silveira a um "exame criminológico". Entre uma violência e abuso, o ministro resolveu concentrar-se no duelo com Elon Musk, que reiniciara no dia 18 com outro monumento à insanidade. Como ambas as empresas pertencem ao empresário inimigo, Moraes bloqueou recursos da Starlink a pretexto de assegurar o recebimento das multas que andou aplicando ao X, antigo Twitter. O dia 28 nem acabara quando o artilheiro a serviço da nada santa inquisição resolveu superar-se: usou a página do STF no X para exigir que Musk nomeie um novo representante no Brasil em no máximo 24 horas.

Elon Musk *versus* Alexandre de Moraes | Foto: Montagem Revista Oeste/Lula Marques/Agência Brasil/Shutterstock

Se jogar no lixo a primeira intimação da história transmitida por um post no X, o homem mais rico do mundo terá de enfrentar o empobrecimento decorrente das multas anabolizadas por Moraes, cujos valores são de assustar até tesoureiro do PCC. Musk não perdeu a chance de revidar com memes, caricaturas e piadas que confundiram o adversário que decidira lutar no perigoso terreno da galhofa. Mas esbanjou seriedade e compaixão ao comunicar que a Starlink não vai deixar ao relento milhões de brasileiros que dependem dos seus satélites para comunicar-se com o restante do mundo. O ministro acelerou a marcha da insensatez. Avisou que o X será banido do Brasil se não identificasse os destinatários das ameaças, pressões e variações de censura confeccionadas pela usina de arbitrariedades gerenciada por um ex-promotor que, até a chegada ao Supremo, não julgara sequer concurso de *miss*.

A ditadura do Ato Institucional nº 5 durou dez anos. Sepultada em janeiro de 1979, abreviou a aprovação pelo Congresso da anistia ampla, geral e irrestrita. Cadeias foram esvaziadas, exilados regressaram ao Brasil, políticos que ainda eram jovens quando foram cassados retomaram a carreira com sucesso. Em 1989, o fenômeno da polarização foi reprisado na primeira eleição presidencial decidida nas urnas. O embate entre Lula e Fernando Collor foi feroz, mas não reabriu as feridas cauterizadas pela anistia. A Constituição de 1988 não teria nascido com boa saúde se a anistia não abrandasse os ódios e antagonismos alimentados pela guerra suja.

Aglomerados no beco aparentemente sem saída, aflitos com a densa escuridão no túnel sem luz à vista, incontáveis brasileiros se voltam no momento para o Congresso. Cabe ao Poder Legislativo conceber e aprovar a anistia que já não se pode adiar

Passados 35 anos, é hora de recorrer à mesma fórmula salvadora. Alexandre de Moraes é um combatente que não admite recuos. Como o corredor de Fórmula 1 que não para sequer em *pit-stops*, como o boxeador que insiste em atacar mesmo quando levado às cordas, como o atacante que jamais volta para socorrer um zagueiro, ele segue em frente mesmo quando percorre a trilha que conduz ao penhasco. Desprovido do sentimento da compaixão, pouco lhe importa que a multidão de presos do 8 de janeiro inclua mães de filhos sem parentes a procurar, octogenários adoentados, professoras em luta contra o câncer. Ele jamais mencionou os nomes dos que já morreram.

Aglomerados no beco aparentemente sem saída, aflitos com a densa escuridão no túnel sem luz à vista, incontáveis brasileiros se voltam no momento para o Congresso. Cabe ao Poder Legislativo conceber e aprovar a anistia que já não se pode adiar. Para o jurista Adilson Dallari, é essa a melhor forma de resolver pacificamente uma questão social de solução especialmente delicada. "Todos saem ganhando", enfatiza Dallari, que inclui nesse rol também as autoridades do Judiciário responsáveis por condenações ilegais. Já tramita na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara um projeto de lei, apresentado pelo deputado Major Vitor Hugo, que perdoa todos os manifestantes. O vice-presidente da Academia Paulista de Letras Jurídicas, Dircêo Torrecillas Ramos, sugere que todos os investigados nos inquéritos de Moraes sejam incorporados à multidão de beneficiários. "Muitas ilegalidades foram cometidas já no nascimento dessas investigações", pondera o jurista. "Além disso, as mensagens reveladas pela *Folha de S.Paulo* podem justificar a anulação de muitas decisões do Judiciário."

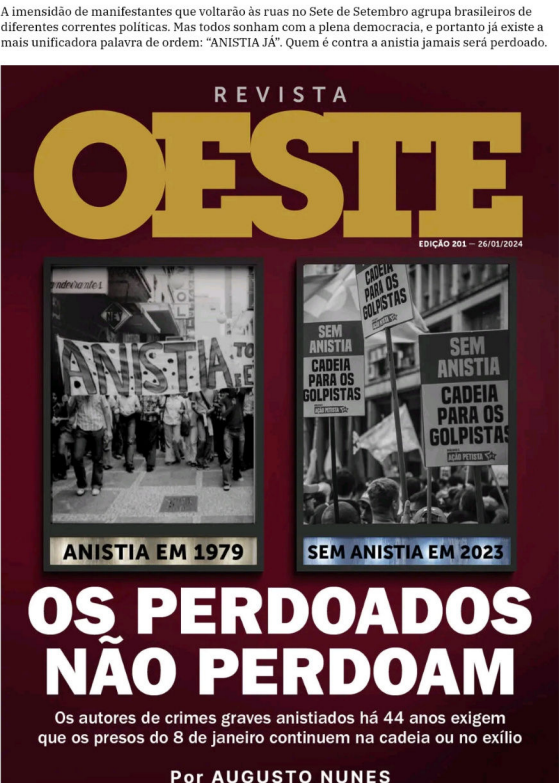
A imensidão de manifestantes que voltarão às ruas no Sete de Setembro agrupa brasileiros de diferentes correntes políticas. Mas todos sonham com a plena democracia, e portanto já existe a mais unificadora palavra de ordem: "ANISTIA JÁ". Quem é contra a anistia jamais será perdoado.

Capa da Revista **Oeste**, edição 201 | Foto: Montagem Revista Oeste/Acervo Sem Anistia Arquivo Senado Federal/Reprodução/Shutterstock

Ilustração: Shutterstock

EDIÇÃO 232

Carta ao Leitor — Edição 232

Os desdobramentos do inquérito do fim do mundo e a necessidade de uma anistia ampla, geral e irrestrita estão entre os destaques desta edição

REDAÇÃO OESTE • 30 AGO 2024

Em abril de 2019, quando o ministro Dias Toffoli resolveu censurar uma reportagem da revista *Crusoé*, o governo Bolsonaro estava em seu quarto mês. Passados cinco anos, todos os integrantes do consórcio que apoia o governo Lula continuam atribuindo a Bolsonaro os problemas passados, presentes e futuros do Brasil. Também fingem não enxergar o que angustia efetivamente o povo brasileiro: o painel de horrores resultante dos desdobramentos da primeira investida autoritária de um presidente do STF.

O que Toffoli pretendia era impedir a publicação da notícia de grosso calibre: era ele o "Amigo do amigo do meu pai", codinome presente na lista de beneficiários do departamento de propinas da Odebrecht. Para evitar que os ministros fossem alvejados por acusações semelhantes, foi criado o Inquérito nº 4.874, rebatizado por Marco Aurélio Mello de "inquérito do fim do mundo".

O que começou como uma medida de autodefesa do Supremo Tribunal Federal transformou-se em instrumento de perseguição, prisões arbitrárias e censura. Também por isso, empurrou o Brasil para o beco em que se aglomeram as mais repulsivas ditaduras do mundo.

Supremo ministro do consórcio que inventou a "democracia relativa", Alexandre de Moraes acaba de dar mais um passo em direção ao atraso. Ele usou a rede social X (antigo Twitter) para intimar Elon Musk, dono da plataforma, a identificar o representante legal da empresa no Brasil. O ministro deu um prazo de 24 horas para o cumprimento da ordem. Caso fosse desobedecido, a rede social seria banida do país. (O Brasil é o segundo país com mais usuários do X, depois dos Estados Unidos.) Musk replicou com uma enxurrada de tuítes e memes que escancararam a insanidade de Moraes.

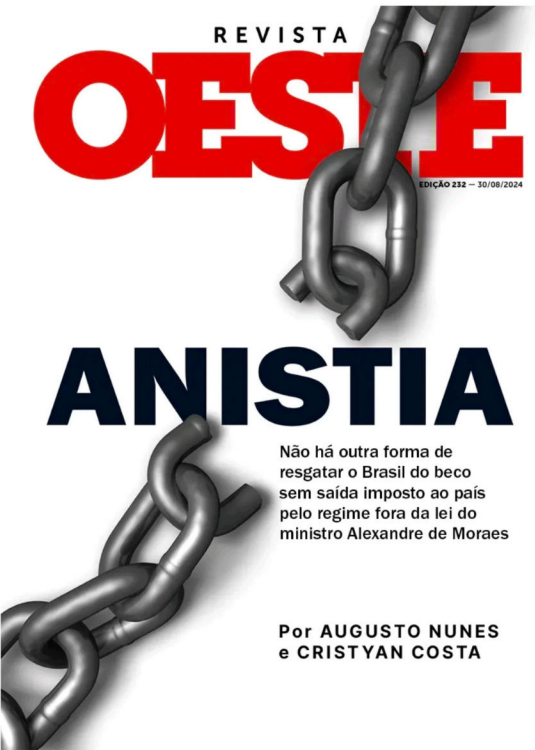
Diante das evidências de que o ministro insistirá na marcha à beira do abismo, o Brasil terá que recorrer ao Congresso. Como mostra a reportagem de **Augusto Nunes** e **Cristyan Costa**, é atribuição do Legislativo abrir a porta de saída pela qual passará a anistia ampla, geral e irrestrita.

Foi assim nos momentos mais dramáticos da história da República. Foi assim que o Brasil polarizado de 1979 conseguiu encontrar a paz. O general-presidente Ernesto Geisel entendeu que a anistia afastaria o Exército do epicentro da crise e conteria o tumor da corrupção detectado nos quartéis — sobretudo entre chefes militares que conviviam mais intensamente com civis. A oposição civil compreendeu que não havia outra rota capaz de levar a bom porto que não passasse por esse acordo nacional.

A ditadura do Judiciário já dura cinco anos, metade do tempo consumido pelo AI-5. Passou da hora de afastar o Supremo Tribunal Federal do centro do palco da política. Os ministros não dão sinais de simpatia pela anistia. Cabem ao Poder Legislativo os trabalhos de parto da criatura que preservará a imagem do Supremo e livrará o Brasil da escuridão.

Boa leitura.

Branca Nunes,

Diretora de Redação

Capa da Revista **Oeste**, edição 232 | Ilustração: Montagem Revista Oeste/Shutterstock

Pablo Marçal tornou-se o candidato mais falado à prefeitura da maior, mais rica e mais importante cidade do Brasil | Montagem: Revista Oeste/Divulgação

| EDIÇÃO 232

Marçal e os outros

Seja qual for o resultado da eleição municipal de São Paulo, o tapa na cara da política brasileira já está dado

J. R. GUZZO · 30 AGO 2024

Esqueça por um instante quem é Pablo Marçal, quais são os motivos de sua briga com Jair Bolsonaro & Família e o que ele tem a ver com o governo, o centrão, as oposições, o STF e o resto do elenco. Esqueça quais são as suas credenciais, ou a ausência delas — mesmo porque até pouco tempo atrás muita gente, e provavelmente você mesmo, nunca tinha ouvido falar dele. Esqueça até o seu currículo, ou se ele é bom, médio, ruim, péssimo, ou nenhuma dessas coisas. O que de fato interessa, e praticamente não se discute, é o seguinte: *como* e *por que* um cidadão que até três meses não existia no mundo político do Brasil, nunca teve um cargo público na vida, não está num partido de verdade e não conta com um único minuto no programa eleitoral na televisão tornou-se o candidato mais falado à prefeitura da maior, mais rica e mais importante cidade do Brasil.

Pablo Marçal, por tudo que ensina a sabedoria concentrada dos analistas políticos brasileiros, não deveria existir. Mas existe. A Revista **Oeste**, que a cada semana faz um esforço danado para manter os seus leitores a par do que acontece na vida política, chegou à sua edição 231 sem publicar uma única matéria sobre Marçal. Saiu alguma coisa no noticiário recente do site — mas antes disso, para falar francamente, nada. As classes que se acreditam civilizadas nunca tiveram a menor ideia de quem ele fosse. Em Brasília, no arco que vai dos Liras aos Pachecos, dos gatos gordos dos 37 ministérios de Lula aos gatos gordos do alto Judiciário, Marçal era um triplo zero até agora. A mídia também não sabia da sua existência — e quando soube, semanas atrás, entrou imediatamente num acesso histérico de denúncias contra ele. O fato, em suma, é que ninguém viu nada.

Marçal sofre ataques e denúncias histéricas da mídia | Foto: Divulgação

É chato, mas é isso. Marçal, que não era nada, é hoje um dos três candidatos mais cotados nas pesquisas para ganhar a eleição de prefeito em São Paulo. Pode até já estar em primeiro lugar na disputa — e daqui à eleição, apanhando dos adversários e da mídia do jeito que apanha, tem tempo para crescer mais ainda. Deveria ser o contrário. Com o fogo inimigo que tem tomado por causa do que fez no passado, faz no presente e pode fazer no futuro, era para estar morto e enterrado. Mas, quanto piores são as acusações, quanto mais os outros se juntam para atirar nele e quanto pior fica a sua fama, mais ele cresce. Eis aí, justamente, um dos problemas mais enjoados com Marçal: seus eleitores, até agora, estão pouco se lixando para o que falam dele. Há acusações de convívio com PCC, fraude bancária na sua juventude, condenações penais prescritas, o diabo. Não adianta nada — em vez de descer, ele sobe.

O que mais chama atenção nisso tudo é um fato inaceitável perante as doutrinas, as convicções e o *mindset* de todos os que acreditam entender de política: um número grande demais de eleitores paulistanos quer votar num candidato como Pablo Marçal. Há anos o mundo político constrói castelos com suas candidaturas e "engenharias políticas" para ganhar a prefeitura da capital econômica do Brasil. Os jornalistas especializados, e os especialistas ouvidos pelos jornalistas, fazem análises. As mesas redondas explicam por A + B que está acontecendo isso e aquilo. Mas não contavam, nenhum deles, com as curvas da vida real do Brasil de hoje — há muito mais gente querendo ver Marçal como prefeito de São Paulo do que interessada em ouvir os jornalistas, e especialistas, e analistas.

O resultado é que o mundo das ideias permitidas, esse mesmo que passa a vida dizendo que não há solução fora da experiência, do jogo de cintura e da sabedoria final dos "políticos", começa a entrar num estado de pré-pânico. A Justiça Eleitoral, por exemplo, já começou a ser Justiça Eleitoral. Pablo Marçal, até outro dia, tinha 13 milhões de seguidores no Instagram — o mesmo que Lula, que é presidente da República e está na política há mais de 40 anos. É o tipo de coisa que deixa o ministro Alexandre de Moraes fora de si, caso o dono dessa fortuna digital não seja de "esquerda" — e Marçal é o oposto disso. Pior ainda, sabe usar suas redes melhor que os adversários. O TRE de São Paulo, naturalmente, já bloqueou os seus perfis, por "abuso de poder econômico" na turbinagem da sua audiência.

Depois de ter sua conta no Instagram bloqueada, a conta reserva de Pablo Marçal já supera 3 milhões de seguidores | Foto: Reprodução/Instagram

Não está claro quanto isso vai ser útil para os propósitos do TRE e dos adversários moderados-centristas-equilibrados de Marçal. Em quatro dias, conseguiu atrair mais de 3 milhões de fãs para os novos perfis que criou — e é rede social que conta para ele, não horário eleitoral na televisão. Vai ser preciso derrubar seus perfis de novo, para impedir que Marçal se comunique com a massa até a eleição — ou cassar o registro da candidatura, para resolver o problema logo de uma vez. É a jurisprudência do "perigo de gol" em vigor hoje em dia no sistema judiciário do Brasil. Esse ou aquele candidato ameaça ganhar a eleição? Então ele fica proibido de concorrer. Vira "inelegível", como os candidatos da oposição na Justiça da Venezuela — e um certo candidato no Brasil. Marçal com certeza está a perigo. Insulta os adversários, faz acusações sem prova, chama para a briga e chuta o balde em geral, numa espécie de programa de auditório do tipo "vale-tudo". Outros também fazem isso. Mas o TRE está atrás de Marçal, não dos outros.

Seja qual for o resultado da eleição municipal de São Paulo, o tapa na cara da política brasileira já está dado. Enquanto os demais candidatos e seus padroeiros olham para Marçal e gritam "perigo", um número cada vez maior de eleitores responde: "O perigo são vocês". Alguma coisa está profundamente errada, sem dúvida, quando um estreante na vida pública, sem exibir qualquer programa coerente para qualquer das questões vitais de uma cidade com 12 milhões de habitantes e PIB por volta de R$ 1 trilhão, chega aonde ele chegou. O recado do paulistano, aí, pode ser perturbador: "E os programas de vocês todos, candidatos da boa ordem — valem o quê? Quando valeram alguma coisa?" O eleitor de São Paulo parece ter uma percepção e uma certeza. A percepção é que a cidade está um lixo. A certeza é que não foi Marçal que criou esse lixo. Por que, então, ele seria pior que os outros?

Guilherme Boulos (Psol) e Pablo Marçal (PRTB), candidatos à prefeitura de São Paulo, estão tecnicamente empatados nas pesquisas de intenção de voto (Quaest), com 22% e 19%, respectivamente | Foto: Rafa Neddermeyer/Agência Brasil

O fato é que a candidatura de Pablo Marçal expõe, mais uma vez, toda a fragilidade da geringonça amarrada com barbante que é o mundo político no Brasil. Isso aqui, segundo o STF e outros tantos, é uma democracia — mas não pode funcionar como democracia, pois nesse caso o povo vai votar em quem quiser nas eleições. E se o povo quiser um candidato como Marçal? Já quis votar em Jair Bolsonaro, seis anos atrás, e o "problema Bolsonaro" continua até hoje. Ele já governou, já saiu do governo, está proibido de se candidatar até 2030, tem processo até por cartão de vacina — e a coisa não resolve. Acabou se transformando na prioridade política mais neurótica que um governo brasileiro já teve na História recente. Não é só o governo. O STF, o MP, a esquerda, a "sociedade civil", a mídia e todas as esquadras do "processo civilizatório" têm a ideia fixa de que o país tem de liquidar Bolsonaro e o "bolsonarismo" para sobreviver. E o que adiantou?

Por que tanta gente está achando que os seus adversários são um risco ainda maior?

Bolsonaro ainda nem saiu, tanto que a guerra contra ele continua a toda, e um Pablo Marçal já entrou. Ele e o ex-presidente são figuras diferentes, em situações diferentes e com perspectivas diferentes; é muito possível que depois das eleições o pesadelo da hora para o Brasil tido por si mesmo como "progressista" suma da área e volte a cuidar da própria vida. Mas são duas partes da mesma carta de baralho. Pode ser um, pode ser outro e pode ser um terceiro, ou um quarto, e assim por diante. Não existe, na verdade, um "bolsonarismo" e muito menos um "marçalismo", com ideário, programas e estatutos. O que existe, e não irá embora, é a aversão fundamental a Lula, PT, STF, invasão de terra, ameaça à propriedade, crime imposto, governo, vadiagem, Brasília. É o que se chama hoje de direita — na verdade, o Brasil que é contra isso tudo.

A verdade é que cresce a aversão a Lula, PT, STF, invasão de terra, ameaça à propriedade, crime imposto, governo, vadiagem e Brasília | Foto: Feijão Almeida/GOVBA

O eleitor que vive neste Brasil não quer nada do que a esquerda, os intelectuais e os trapaceiros da vida política têm a oferecer. Não quer os programas sociais de Lula — quer um carro novo. Não está interessado nas esmolas do Bolsa Família, nem nas bugigangas que o centrão distribui para comprar voto. Quer prosperidade material, e não ideias. Quer mais dinheiro no bolso, quanto mais melhor, mais trabalho e uma vida mais cômoda. Não gosta de bandido, de drogas e de promiscuidade. Gosta de Deus, pátria e família. Pensa mais nos seus interesses do que nas teses que ouve. Prefere ser solidário com quem conhece a dar dinheiro para o governo fazer o bem. Não acha uma coisinha sem importância quando lhe roubam o celular, a moto e o cartão do banco. Acha que personagens como Marçal vão resolver esses problemas? Não vem realmente ao caso. O que não acredita é que os outros resolvam.

Pablo Marçal não é um acidente. Ao contrário, é o resultado inevitável da falência generalizada da política brasileira. Se a cidade de São Paulo chegou a uma situação em que Marçal passa a ser um risco, vale a pena pensar um pouco no seguinte: por que tanta gente está achando que os seus adversários são um risco ainda maior? A realidade mostra que o candidato improvável foi criado pela cumplicidade dos políticos com a cracolândia, a expropriação do espaço público em favor da minoria que mora na rua e a nulidade quase absoluta de uma administração municipal atrás da outra. É fruto de uma mídia que trata os criminosos como vítimas sociais, de uma Justiça que solta traficantes de droga e lhes devolve os iates e da constatação de que o Brasil, um dos países mais corruptos do mundo, não tem um único corrupto na cadeia. Mais que tudo, é o retrato de um país que está exausto.

Ilustração: Revista Oeste/Midjourney

| EDIÇÃO 232

Os limites da democracia

Quando os guardiões das leis se tornam seus violadores, o delicado equilíbrio de poder que sustenta a liberdade e a justiça é ameaçado

ANA PAULA HENKEL - 30 AGO 2024

No vasto campo da filosofia política, poucos nomes são tão influentes quanto Charles-Louis de Secondat, o Barão de Montesquieu. Esse pensador do século 18 deixou contribuições duradouras para o desenvolvimento da teoria política moderna, especialmente através de sua obra magna, *O Espírito das Leis*, publicada em 1748.

Nessa obra, Montesquieu explora os princípios subjacentes a diferentes formas de governo, com ênfase especial na separação dos Poderes, um conceito que mais tarde se tornaria um pilar fundamental das democracias modernas. Embora seja amplamente celebrado por sua defesa da liberdade e do sistema de freios e contrapesos, Montesquieu também oferece uma concepção perspicaz sobre os limites inerentes à democracia.

Em seus pensamentos e análises, Montesquieu demonstrava imensa preocupação com a possibilidade de qualquer forma de governo degenerar em tirania, incluindo a democracia. Ele acreditava que o sucesso de um sistema democrático dependia não apenas da estrutura do governo, mas também das virtudes morais e cívicas de seus cidadãos. Em uma democracia, onde o povo é soberano, Montesquieu advertia que a ausência dessas virtudes poderia levar à destruição da própria liberdade que a democracia deveria proteger. O perigo, como ele via, era que o poder descontrolado, mesmo nas mãos da maioria, poderia se tornar tão opressor quanto qualquer governante autocrático.

Retrato de Montesquieu, por Jacques-Antoine Dassier | Foto: Wikimedia Commons

Além disso, o conceito de liberdade de Montesquieu não era a liberdade absoluta para fazer o que se deseja, e sim a liberdade de fazer o que a lei permite, uma noção que implicitamente estabelece limites à vontade da maioria. Ele argumentava que, em uma verdadeira democracia, as leis devem ser um reflexo da razão e da justiça, não dos caprichos das massas ou de líderes vaidosos. Esse princípio, segundo Montesquieu, era crucial para prevenir a ascensão de uma "tirania da maioria", em que os direitos dos indivíduos ou de grupos minoritários poderiam ser pisoteados pelo sentimento popular ou pelo poder de poucos no topo da cadeia política.

As percepções de Montesquieu são particular e imensamente relevantes hoje, na medida em que as democracias modernas enfrentam os desafios da erosão do discurso civil. Suas advertências sobre os perigos da quebra da cadeia democrática, seja pelo Executivo, Legislativo, seja principalmente pelo Judiciário, servem como um lembrete de que a democracia, embora seja uma ferramenta poderosa para garantir a liberdade, não está isenta de falhas.

O mundo olha para a América como um farol da liberdade no topo da colina. E a moldura que abraça esse quadro foi construída com profunda imersão nesses conceitos. Os Pais Fundadores dos Estados Unidos não eram apenas estadistas, mas também ávidos estudiosos da filosofia política. Entre os pensadores que influenciaram profundamente sua visão de uma nova nação, Montesquieu se destaca. Seu conceito de separação dos Poderes, articulado em *O Espírito das Leis*, tornou-se um princípio fundamental na construção do governo americano. Os Pais Fundadores entenderam que, para prevenir a tirania, o poder deveria ser dividido entre diferentes ramos, cada um com suas próprias responsabilidades e a capacidade de controlar os outros. Esse conceito foi revolucionário na época e continua sendo um princípio central da democracia americana.

James Madison, frequentemente referido como o "Pai da Constituição", foi particularmente influenciado pelas ideias de Montesquieu. Nos *Papéis Federalistas* (obra encontrada gratuitamente no site da Câmara dos Deputados do Brasil), Madison citou explicitamente o trabalho de Montesquieu, argumentando que a acumulação de todos os Poderes — Legislativo, Executivo e Judiciário — nas mesmas mãos, seja de uma, de poucas, seja de muitas pessoas, é a própria definição de tirania. Esse entendimento levou à criação dos três ramos do governo: o Legislativo, responsável por fazer as leis; o Executivo, encarregado de executá-las; e o Judiciário, incumbido de interpretá-las. Cada ramo foi projetado para ser tanto independente quanto interdependente, garantindo que nenhuma entidade única pudesse exercer poder descontrolado. O conceito, hoje, parece óbvio e saudável — quando respeitado.

A existência de três Poderes, projetados para evitar que qualquer pessoa ou grupo obtenha muito controle, é vista como uma ameaça à sobrevivência dos regimes tirânicos

Os Pais Fundadores também aplicaram o princípio de freios e contrapesos de Montesquieu em outros aspectos da estrutura da Nação, como a estrutura bicameral do Congresso, com o Senado e a Câmara dos Representantes — projetada para equilibrar os interesses de diferentes estados e prevenir que qualquer grupo único dominasse o processo legislativo. Da mesma forma, o sistema de federalismo, que divide o poder entre os governos nacionais e estaduais, reflete a crença de Montesquieu na importância de descentralizar a autoridade para proteger a liberdade. O conceito, hoje, parece óbvio e saudável — quando respeitado.

In the Press,
and ſpeedily will be publiſhed,
THE
FEDERALIST,
A Collection of Eſſays written in fa
vor of the New Conſtitution.
By a Citizen of New-York.
Corrected by the Author, with Additions
and Alterations.
This work will be printed on a fine Paper and good Type, in one handſome Volume duodecimo, and delivered to ſubſcribers at the moderate price of one dollar. A few copies will be printed on ſuperfine royal writing paper, price ten ſhillings.
No money required till delivery.
To render this work more complete, will be added, without any additional expence,
PHILO-PUBLIUS,
AND THE
Articles of the Convention,
As agreed upon at Philadelphia, September 17th, 1787.

Os *Papéis Federalistas* (*Federalist Papers*) são uma série de 85 artigos que ratificam a Constituição dos Estados Unidos, elaborados por James Madison, Alexander Hamilton e John Jay | Foto: Wikimedia Commons

Tiranos e governantes autocráticos, ao longo da História e ao redor do mundo, desprezam os princípios de Montesquieu por uma razão simples: eles representam uma ameaça direta ao seu poder absoluto. A defesa de Montesquieu pela separação dos Poderes e pelo Estado de Direito está em nítido contraste com a concentração de poder nas mãos de um único governante ou de uma pequena elite. Para um tirano, a própria ideia de freios e contrapesos é anátema, pois limita sua capacidade de governar unilateralmente, manipular leis para ganho pessoal e suprimir a oposição.

Em regimes em que o poder é concentrado, a dissidência é frequentemente esmagada, e os mecanismos que Montesquieu defendia — judiciários independentes, legislaturas livres e executivos responsáveis — são sistematicamente desmantelados ou minados. A existência dessas instituições, projetadas para evitar que qualquer pessoa ou grupo obtenha muito controle, é vista como uma ameaça à sobrevivência dos regimes tirânicos.

Além disso, o conceito de liberdade de Montesquieu, como a liberdade de agir dentro dos limites de leis justas, é antitético ao sistema arbitrário que os tiranos exercem. Em uma sociedade governada pelos princípios de Montesquieu, as leis são feitas através de um processo democrático e se aplicam igualmente a todos, incluindo aqueles no poder. Essa igualdade perante a lei é incompatível com os caprichos de um tirano, que busca se colocar — sempre — acima da lei.

Montesquieu alertava sobre o risco sempre presente de abuso de poder, em qualquer sistema de governo, especialmente se aqueles encarregados de defender a Constituição se desviarem de suas responsabilidades. Esse perigo se torna imensurável quando, em uma democracia, um ministro de uma Suprema Corte tenta abusar de sua autoridade e desrespeitar a Constituição. Quando os guardiões das leis se tornam seus violadores, o delicado equilíbrio de poder que sustenta a liberdade e a justiça é ameaçado. Se um ministro, com a responsabilidade de interpretar e aplicar a Constituição, opta por manipulá-la para seus próprios fins ou interesses, ou por pura perseguição política, o sistema inteiro fica em risco de colapso. Tal abuso não apenas enfraquece a confiança pública nas instituições democráticas, mas também abre caminho para o despotismo e a arbitrariedade.

E é aqui que o Brasil se encontra — em puro risco de absoluto colapso.

Em mais uma aberração jurídica nesta semana, o ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes intimou o empresário Elon Musk, dono do X, a indicar o novo representante legal da empresa no Brasil em até 24 horas, sob pena de suspensão imediata da rede social. A intimação foi feita por uma postagem no perfil oficial do STF no próprio X. Diante da falta de um representante legal da rede social X no Brasil, o ministro decidiu bloquear as contas da Starlink Holding, outra empresa em que Musk tem participação.

Em postagem no X, a empresa chamou as decisões de Moraes contra a rede social de "inconstitucionais" e afirmou que pretende recorrer na Justiça. O próprio Elon Musk também se manifestou, informando que a Starlink e o X são duas empresas "completamente diferentes, com acionistas diferentes".

Obviamente, a mais nova atrocidade do vilão narcisista que insiste em jogar o nome do STF na lama repercutiu com importância nas manchetes aqui nos EUA. O Brasil não se tornou piada pelas barbaridades da caneta de Moraes. O Brasil se tornou uma aberração jurídica e uma preocupação para investidores internacionais.

POLITICS

Musk ramps up attacks on Brazil's top judge as X faces possible suspension, Starlink finances frozen

PUBLISHED THU, AUG 29 2024-6:57 PM EDT | UPDATED MOMENTS AGO

Lora Kolodny
@IN/LORAKOLODNY/

SHARE

Notícia publicada na CNBC (29/8/2024) | Foto: Reprodução/CNBC

O mais novo capítulo na draconiana obra de Alexandre de Moraes, novamente contra Elon Musk, a rede X e a Starlink, mostra a miséria filosófica e moral do ministro do Supremo Tribunal Federal, e coloca seu nome como uma grave ameaça à normalidade jurídica e democrática no Brasil.

A vaidade é uma força poderosa que pode corromper o julgamento dos tiranos, levando-os a insistir em desrespeitar as leis de um país. Um tirano vaidoso busca não apenas poder, mas também adulação e reconhecimento. Essa necessidade de constante validação pode levá-lo a subverter as leis para afirmar seu domínio, ignorando os princípios de justiça e igualdade. A vaidade cega o tirano para as consequências de suas ações, fazendo-o acreditar que está acima das leis que governam os outros.

A influência de Montesquieu sobre os Pais Fundadores e a subsequente criação de um governo baseado nos princípios de separação de Poderes e freios e contrapesos garantiu que os Estados Unidos permanecessem uma democracia resiliente. É um sistema que foi testado ao longo dos séculos, mas que perdura precisamente porque foi projetado para prevenir a ascensão da tirania. Esse *design* é a razão pela qual os tiranos, tanto do passado quanto do presente, desprezam as ideias de Montesquieu — elas empoderam o povo e restringem o governante.

Mas, para que esse sistema projetado por Montesquieu previna a ascensão da tirania, é necessária a apresentação de homens de coragem. Coisa rara, raríssima, hoje no Brasil.

Ilustração: Shutterstock

EDIÇÃO 232

Fogo amigo

Hoje em dia tudo cola. Até atropelar a democracia em defesa da democracia cola

GUILHERME FIUZA • 30 AGO 2024

— As queimadas na Amazônia e no Pantanal voltaram com tudo.

— Fascistas!

— Não, agora quem toma conta disso é o pessoal que a gente botou lá. Quer dizer, que a gente ajudou a botar lá. Quer dizer, que a gente ajudou que fosse posto lá. Enfim, você entendeu.

— Entendi. Chato isso.

— Muito chato.

— Incêndio fora de hora.

— Totalmente.

— Tomara que passe logo.

— É, tomara.

— Enquanto isso, o que que a gente faz?

— Videoclipe cantando e chorando não dá, né?

— Não.

— E se gravarmos um videoclipe cantando, chorando e acusando o governo anterior pelas queimadas de agora?

— Acho que não cola.

— Será? Hoje em dia tudo cola. Até atropelar a democracia em defesa da democracia cola.

— É. Mas incêndio pré-datado não vai colar.

— Tem razão. Que situação… O que a gente faz, então?

— Vamos ter que usar a criatividade.

— Isso a gente tem de sobra.

— Vamos precisar mais do que nunca.

— Acho que já estou tendo uma ideia.

— Manda.

— Por que esse preconceito contra o fogo?

— Preconceito?!

— Sim! O que seria da vida humana sem o fogo?

— Bem…

— Íamos ter que comer tudo cru!

— Mas…

— E morreríamos de frio!

— Isso é.

— E não teríamos como nos defender dos animais selvagens!

— Hein??

— Estou falando do homem das cavernas.

— Ah, tá.

— Ter preconceito contra o fogo é negar o salto para a civilização!

— Faz sentido. Será que podemos chamar os que criticam as queimadas de negacionistas?

— Perfeito! Você captou o espírito da coisa.

— Genial.

— O fogo é nosso amigo.

— Viva o fogo!

— Viva! Vamos juntar a galerinha pra fazer um vídeo?

— Um vídeo a favor das queimadas?

— É.

— Não sei. Acho que seria um pouco demais.

— Tem razão. Me empolguei.

— Mas nossos intelectuais poderiam fazer textos filosóficos sobre o fogo amigo.

— Aí acho que dá.

— Então vamos nessa.

— Tudo resolvido.

— E o que a gente faz com as queimadas em São Paulo?

— Tem floresta queimando em São Paulo?

— Tem.

— Fascistas!

Ilustração: Shutterstock

Ministro Alexandre de Moares e, ao fundo, notícias da *Folha de S.Paulo* | Foto: Montagem Revista Oeste/STF/Folha de S.Paulo

EDIÇÃO 232

A velha imprensa descobre Xande

Bastava o mínimo de conhecimento histórico para saber que Alexandre jamais ficaria restrito aos 'bolsonaristas' como alvos

RODRIGO CONSTANTINO · 30 AGO 2024

Por anos, Alexandre de Moraes perseguiu de forma ilegal a direita bolsonarista. Inquéritos ilícitos, censura, abuso de poder, puro arbítrio: esses eram os métodos escancarados do ministro tucano. Mas a velha imprensa se calava, na melhor das hipóteses, quando não estava aplaudindo e elogiando aquele que agia como a "muralha" da democracia. Não foi por falta de alerta que chegamos ao ponto atual em que a própria imprensa "profissional" experimenta o gostinho do arbítrio alexandrino.

Quando a porteira se abre para passar um boi, a boiada toda vai junto. O poder corrompe e o poder absoluto corrompe absolutamente. Bastava o mínimo de conhecimento histórico para saber que Alexandre jamais ficaria restrito aos "bolsonaristas" como alvos. Ao ultrapassar todos os limites, era inevitável que os excessos levariam a desconforto em parte do sistema, e que Alexandre sempre dobraria a aposta para encobrir seus crimes.

A *Folha de S.Paulo* trouxe à tona os vazamentos de conversas que expuseram os "métodos heterodoxos" do ministro e seus capangas. Um jornalista de esquerda e gringo, Glenn Greenwald, foi o responsável pelas reportagens. Mas a esquerda, mesmo assim, preferiu atirar no mensageiro, chamar até Glenn de "bolsonarista", e proteger um ministro pego não com batom na cueca, mas com flagrante traição à Constituição mesmo. Vimos ali suas ordens ilegais, e o alvo passou a ser o próprio escudeiro fiel, transformado em vilão.

"Ao tratar vazamento de mensagens que expõem seus métodos heterodoxos como parte de um complô contra a democracia, o ministro avilta o Estado Democrático de Direito", escreveu o *Estadão* em seu editorial. A *Folha* tem ido na mesma linha, denunciando os abusos alexandrinos. Apenas o *Globo* ainda mantém sua postura corrompida de blindar o ministro. Aos poucos, a velha imprensa vai descobrindo Alexandre de Moraes, tomando conhecimento de seus atropelos às leis.

O ESTADO DE S. PAULO

OPINIÃO DO ESTADÃO

Alexandre de Moraes ataca de novo

Ao tratar vazamento de mensagens que expõem seus métodos heterodoxos como parte de um complô contra a democracia, o ministro avilta o Estado Democrático de Direito que jura defender

EXCLUSIVO PARA ASSINANTES

Editorial do *Estadão* | Foto: Reprodução

O ex-assessor de Bolsonaro, Filipe Martins, ficou preso por seis meses sem qualquer crime cometido, por uma viagem que nunca fez. Foi solto, "*pero no mucho*", pois as medidas cautelares são absurdas e praticamente o tornam um cidadão de terceira classe. Não obstante, ele concedeu uma entrevista à *Folha*, e ela acabou censurada por Alexandre. Os "argumentos" são os mais bizarros possíveis. Será que Filipe, a esta altura do campeonato, vai se comunicar por códigos no jornal com colegas golpistas para finalmente executarem o tal golpe, dessa vez sem algodão-doce e batom atômico?

Alexandre se perdeu no personagem, mas isso é típico de tiranias. O fato é que o sistema, em conluio com a velha imprensa, ajudou a criar o monstro que agora tenta conter. Não custa lembrar que Lula deu entrevista preso, assim como os traficantes Marcola e Beira-Mar. Drauzio Varella entrevistou na Globo um assassino "trans" que estuprou e matou um menino de 9 anos, e teve até um "emocionado" abraço no final para humanizar o sujeito. Mas Filipe Martins não pode falar com a *Folha*...

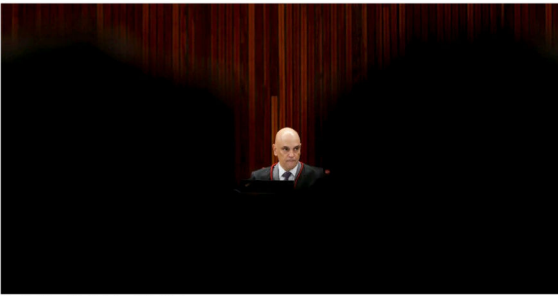
Moraes censura entrevista da Folha com ex-assessor de Bolsonaro

Ministro do STF afirma que Filipe Martins não pode se comunicar com outros investigados por trama golpista

Notícia publicada na *Folha de S.Paulo* (27/8/2024) | Foto: Reprodução

Talvez tenha chegado a hora de todos os cúmplices diretos e indiretos de Alexandre terem o mesmo arrependimento do pastor luterano Martin Niemöller, que escreveu o famoso texto *Eu me Calei* contra os nazistas: "Quando os nazistas levaram os comunistas, eu me calei; afinal de contas, eu não era comunista. Quando eles prenderam os social-democratas, eu fiquei calado; eu não era social-democrata. Quando eles levaram os sindicalistas, eu fiquei em silêncio; eu não era sindicalista. Quando eles vieram por mim, não havia mais ninguém para protestar".

Centenas de inocentes foram presos no 8 de janeiro, mas era preciso manter a narrativa de tentativa de golpe para justificar o verdadeiro golpe contra Bolsonaro numa eleição claramente enviesada e suspeita

Há também o alerta de Eduardo Alves da Costa em *No Caminho com Maiakovski*: "Na primeira noite eles se aproximam e roubam uma flor do nosso jardim. E não dizemos nada. Na segunda noite, já não se escondem: pisam as flores, matam nosso cão, e não dizemos nada. Até que um dia, o mais frágil deles entra sozinho em nossa casa, rouba-nos a luz e, conhecendo nosso medo, arranca-nos a voz da garganta. E já não podemos dizer nada".

Alexandre de Moraes | Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

Toda tirania começa aos poucos e vai se intensificando gradualmente. Muitos "isentões" têm culpa no cartório pois se calaram ou incentivaram a perseguição implacável de Alexandre contra a direita, para "salvar a democracia". Como os primeiros alvos eram bolsonaristas "toscos", "radicais" como Allan dos Santos ou Daniel Silveira, a turma comemorou nas redações dos jornais. Aí o ministro foi atrás de mim, do Paulo Figueiredo e do Fiuza, mesmo assim a velha imprensa fechou os olhos. Centenas de inocentes foram presos no 8 de janeiro, mas era preciso manter a narrativa de tentativa de golpe para justificar o verdadeiro golpe contra Bolsonaro numa eleição claramente enviesada e suspeita.

Agora Alexandre partiu para cima da velha imprensa mesmo. Quem vai segurá-lo? Se o Brasil pretende impedir o destino venezuelano, então a única esperança é todos se unirem em torno desta pauta comum: o *impeachment* de Moraes. No dia 7 de setembro haverá uma manifestação com esse objetivo, e não é eleitoral, tampouco "bolsonarista". Qualquer brasileiro ciente do perigo deveria comparecer e exigir o funcionamento do mecanismo de freios e contrapesos que Rodrigo Pacheco quebrou. Ou o povo faz pressão agora pela queda de Xande, ou será tarde demais e a velha imprensa vai morrer de saudade de Bolsonaro...

Protesto contra o resultado das eleições, que deram ao presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, um terceiro mandato, em Caracas (3/8/2024) | Foto: Leonardo Fernandez Viloria/Reuters

| EDIÇÃO 232

Lições da Venezuela

Sem ficar ao lado das democracias, Lula também contrariou Maduro, Ortega e seu próprio PT, e está num impasse

ALEXANDRE GARCIA · 30 AGO 2024

Lula corre o risco de virar um pária, ficando mal entre os países democráticos e sendo considerado traidor pelos amigos caribenhos. Para manter-se fiel aos objetivos do Foro de São Paulo, de apoio às forças esquerdistas da América Latina, Lula constrange o Itamaraty e o Brasil ao não acompanhar a reação de 11 governos democratas do continente que "rechaçaram categoricamente" a certificação, pelo Supremo venezuelano, de vitória de Maduro, com proibição de mostrar as atas do Conselho Nacional Eleitoral, "de forma inapelável". Em outras palavras, num jogo em que Maduro perdeu, o juiz pegou a bola e decretou a vitória de Maduro, sem o direito de mostrar o VAR dos gols. A ONU, a União Europeia, a OEA e 11 países americanos protestaram contra a fraude explícita, mas o Brasil, não. Ficou mal.

Para Maduro, Lula também ficou mal, parecendo traição. Ortega, da Nicarágua, vocalizou o desagrado dele e de Maduro. Acusou Lula de "querer se converter em representante dos ianques". Chamou Lula de bajulador dos Estados Unidos e até lembrou as condenações de Lula na Lava Jato. Ficou mal por todos os lados. Além disso, o PT, partido de Lula, reconheceu imediatamente a vitória de Maduro, antecipando-se até à certificação do Supremo de Maduro. Sem ficar ao lado das democracias, Lula também contrariou Maduro, Ortega e seu próprio PT, e está num impasse.

Daniel Ortega, presidente da Nicarágua, participa da cúpula de Alba, em Caracas, na Venezuela (24/4/2024) | Foto: Leonardo Fernandez Viloria/Reuters

A Colômbia, onde estão 3 milhões de refugiados venezuelanos, e o Brasil ainda esperam convencer Maduro… a quê? Lula, apressado, havia afirmado que a eleição fora normal, que a oposição insatisfeita poderia recorrer à Justiça, e agora insiste na realização de outra eleição (até que Maduro ganhe?). Ante as evidências de fraude e a repressão nas ruas venezuelanas, ele tentou não ficar tão mal e admitiu que o regime de Maduro é "muito desagradável". Reafirmou, com o presidente colombiano Gustavo Petro, que é preciso mostrar as atas, o que foi proibido pelo Supremo. O vencedor, Edmundo González, teria que se apresentar ao Ministério Público, supostamente para explicar a página da oposição que mostra os resultados em 82% das urnas. Para não ser preso, ele não vai. O MP considera que a oposição mostrar o que obteve na transparência da apuração parcial é uma usurpação de competência, alegando que só o Conselho Eleitoral (CNE) pode mostrar o resultado. Só que não mostra. Porque, se mostrasse, demonstraria que Maduro perdeu.

Lula e Fidel fundaram o Foro de São Paulo em 1990, no âmbito do PT. Na época, ainda faltavam dois anos para o tenente-coronel paraquedista Hugo Chávez buscar o poder por um golpe de Estado, em fevereiro de 1992. Foi condenado e preso. Popular, em fevereiro de 1999, Chávez foi eleito presidente. Em 2003, perguntei ao então ministro José Dirceu como lidar com Chávez, que já era conhecido por suas bravatas. Dirceu respondeu-me — não recordo as palavras exatas — que seria como lidar com um desequilibrado. Em dezembro de 2002, Lula, presidente eleito, ouviu de George W. Bush que os Estados Unidos não se meteriam na Venezuela, deixando com Lula a missão de lidar com Chávez. Lula está imbuído até hoje dessa tutela, estendida ao sucessor, Maduro.

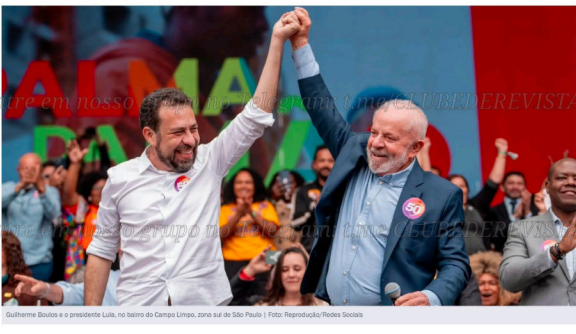
Lula e Hugo Chávez, no Palácio de Miraflores, em Caracas, na Venezuela (8/8/2010) | Foto: Shutterstock

Em 2008, Chávez criou com Lula, em Brasília, a União de Nações Sul-Americanas (Unasul). Bolsonaro tirou o Brasil da Unasul e rompeu com o governo de Maduro, reconhecendo o de Juan Guaidó. Quando Lula assumiu seu terceiro mandato, pôs de volta o Brasil na Unasul e expulsou a embaixadora de Guaidó. Anunciou que ia reconstruir a Unasul. Algo a serviço do Foro de São Paulo. No início de seu atual governo, em Brasília, Lula tentou "vender" Maduro para os colegas sul-americanos na reunião da Unasul, o que irritou alguns, como o esquerdista Boric — que agora denuncia a fraude eleitoral na Venezuela.

A auditoria em tempo real, por leitura do QR Code, permitiu que a oposição e o Centro Carter, convidado pelo acordo de Barbados, acessassem o resultado. Agora o Supremo de lá proibiu mostrar, mas já é tarde

A situação parece impossível de ser solucionada. Lula foi longe demais como marqueteiro de Maduro e agora está diante desse impasse. Para nós, brasileiros, uma oportunidade para comparar o sistema eleitoral venezuelano com o nosso. Lembram de quando Maduro ironizou nosso sistema eleitoral, dizendo que "no Brasil nem um único boletim de urna é auditado"? Pois agora ele está pagando por isso. É "vítima" das suas urnas auditáveis. Não pode mostrar as atas, porque elas revelam que ele perdeu. A auditoria em tempo real, por leitura do QR Code, permitiu que a oposição e o Centro Carter, convidado pelo acordo de Barbados, acessassem o resultado. Agora o Supremo de lá proibiu mostrar, mas já é tarde.

Cópia dos registros eleitorais presa a uma bandeira venezuelana, durante marcha da oposição em meio à disputa eleitoral presidencial, em Caracas (17/8/2024) | Foto: Leonardo Fernandez Viloria/Reuters

Aqui no Brasil buscamos mais segurança na apuração depois do Caso Proconsult, que quase derrotou Brizola, no Rio. Por três vezes o Congresso aprovou o comprovante de voto digital. Projetos de Roberto Requião e Brizola Neto; de Flávio Dino e Brizola Neto; e de Jair Bolsonaro. Os dois primeiros sancionados por FHC e Lula, o terceiro vetado por Dilma, com veto derrubado por 71% do Congresso. Mas por três vezes o Supremo derrubou. E nós em breve teremos eleição. Lá na Venezuela, ficou provado que é impossível fraudar sem que se perceba. Aqui, paira a dúvida sobre os eleitores. Ironias da história: o PDT, por causa de Brizola, sempre desconfiou de apuração sem comprovante, mas foi o partido que entrou com a ação que tornou Bolsonaro inelegível. Alegou que ele levantou dúvidas sobre o processo de apuração, quando chamou ao Alvorada embaixadores estrangeiros.

Guilherme Boulos e o presidente Lula, no bairro do Campo Limpo, zona sul de São Paulo | Foto: Reprodução/Redes Sociais

Não mexam nos símbolos nacionais

Desta vez, a vítima escolhida pela esquerda foi o Hino Nacional

SILVIO NAVARRO - 30 AGO 2024

Desde o último fim de semana, um vídeo percorre todas as redes sociais do país, incomodando os ouvidos de milhões de brasileiros: uma cantora chamada Yurungai achou por bem mudar a letra do Hino Nacional durante um evento de campanha de Guilherme Boulos para a prefeitura de São Paulo. O trecho "dos filhos deste solo", como diz o original, virou "des filhes deste solo". Em resumo: ela trocou "filhos" por "filhes", essa coisa estranha utilizada na tal linguagem neutra.

A cena ocorreu no sábado, 24, num comício armado no bairro do Campo Limpo, zona sul da capital paulista. Ao lado do candidato do Psol, estavam no palanque a vice na chapa, Marta Suplicy, que retornou ao PT, o presidente Lula da Silva e os ministros Silvio Almeida (Direitos Humanos) e Marina Silva (Meio Ambiente). Quando a intérprete optou pelo enxerto em linguagem neutra — também conhecida como língua do "todes" —, ninguém demonstrou desconforto. Pelo contrário: a imagem (*veja o vídeo abaixo*) mostra Boulos com o punho cerrado, socando o ar. O vídeo foi publicado nas redes sociais do candidato e dos seus apoiadores. Prometia ser um prato cheio para os influenciadores progressistas agitarem a internet. Mas deu errado.

Na segunda-feira, 26, o programa **Oeste Sem Filtro** mostrou que é proibido alterar a letra do Hino Nacional. O crime consta da Lei nº 5.700, de 1971, assinada no governo Médici. A legislação versa sobre os quatro símbolos nacionais: o Hino, a Bandeira, o Brasão de Armas e o Selo. Alterar arranjos, inscrições, letras, formas ou cores incorre em contravenção penal — artigo 35 da mesma lei. Como o presidente da República estava no local, contém o agravante de ser interpretado como desrespeito à Nação.

Na terça-feira, 27, uma série de parlamentares e adversários do candidato de esquerda se manifestaram. O deputado Paulo Bilynskyj (PL-SP) acionou a Procuradoria-Geral da República (PGR), já que Boulos tem mandato na Câmara. O caso, contudo, será encaminhado a um promotor da Justiça Eleitoral de primeira instância. Provavelmente, não dará em nada.

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 5.700, DE 1º DE SETEMBRO DE 1971.

Texto compilado

Dispõe sobre a forma e a apresentação dos Símbolos Nacionais, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO VI

Das Penalidades

~~Art. 35. A violação de qualquer disposição da presente lei, excluídos os casos previstos no art. 44 do Decreto-lei nº 898, de 29 de outubro de 1969, sujeita o infrator à multa de 1 (uma) a 4 (quatro) vêzes o maior salário-mínimo em vigor, elevada ao dôbro nos casos de reincidência.~~

Art. 35 - A violação de qualquer disposição desta Lei, excluídos os casos previstos no art. 44 do Decreto-lei nº 898, de 29 de setembro de 1969, é considerada contravenção, sujeito o infrator à pena de multa de uma a quatro vezes o maior valor de referência vigente no País, elevada ao dobro nos casos de reincidência. (Redação dada pela Lei nº 6.913, de 1981).

~~Art. 36. A autoridade policial que tomar conhecimento da infração de que trata o artigo anterior [...] autor para apresentar defesa no prazo de 72 (setenta e duas) horas [...]~~

Lei nº 5.700, de 1971 | Foto: Reprodução/Planalto.gov.br

O que fez a campanha de Boulos? Achou melhor apagar a postagem das redes sociais. Culpou a organização do evento pela escolha da intérprete. Segundo o jornal *O Globo*, a cantora Yurungai "se classifica como 'afro-amerindígena'" e o nome que adotou significa "boca-cantar" em tupi-guarani.

"A produtora, organizadora do evento, foi responsável pela contratação de todos os profissionais que trabalharam para a realização da atividade, incluindo a seleção e o convite à intérprete que cantou o Hino Nacional", afirmou a equipe de Boulos.

A campanha informou à Justiça Eleitoral ter pagado R$ 450 mil à Zion Produções Ltda., no dia 23 de agosto, para organizar eventos da chapa. A empresa não se manifestou sobre o caso.

"Logicamente não foi uma decisão da minha campanha, é absurdo o que foi feito com o Hino Nacional", afirmou Boulos durante a semana. "Aquilo foi uma produtora contratada, que por sua vez contratou uma cantora. Essa empresa não vai mais trabalhar nos próximos eventos da campanha".

O fato é que o episódio de "lacração" — jargão usado quando aparece essa agenda "*woke*", progressista e seus outros sinônimos — deixou Boulos numa enrascada. Ele só demonstrou preocupação porque o assunto caiu nas redes sociais como uma bomba. Desde o começo do ano, o líder dos sem-teto pisa em ovos. De um lado, precisa seguir com a fala que inflama a militância do Psol, sobretudo universitária — o pessoal que usa o boné do MST como acessório nas mesas de bares e nos diretórios acadêmicos. Do outro, é cobrado pelos marqueteiros caríssimos que investiram numa maquiagem eleitoral palatável à classe média. Boulos passou a calçar 'sapatênis' e aparar a barba, e trocou a camiseta suada pela gola polo ou pela camisa bem ajustada com paletó.

Até o clássico Chevrolet Celta, de cor prata, usado nas campanhas anteriores, quando circulava com Luiza Erundina a bordo como copilota, deu lugar a um veículo blindado. Só sai às ruas escoltado por seguranças. Ele justificou a troca nos padrões pela "ameaça bolsonarista" que enfrenta desde a eleição para deputado, em 2022.

Boulos reforça esquema de segurança e trocará Celta por blindado em São Paulo

Pré-candidato à Prefeitura de São Paulo acionou Polícia Federal após aumento de ameaças

Por Cristiane Agostine e Lilian Venturini, Valor — São Paulo
28/02/2024 14h43 · Atualizado há 6 meses

Notícia publicada no *Valor Econômico* (28/2/2024) | Foto: Reprodução/Valor Econômico

O incidente com o Hino Nacional não foi a primeira investida da esquerda contra símbolos nacionais. Frequentemente, as cores e a inscrição da bandeira são alteradas em protestos e manifestações. Em 2022, logo depois das eleições, uma cena foi filmada (*veja o vídeo a seguir*).

Um grupo de militantes levou ao plenário da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro uma Bandeira Nacional modificada. A Casa disse que se tratava de uma premiação a um grupo de ONGs e "coletivos". No lugar da esfera azul, entrou o vermelho. A expressão "Ordem e Progresso" foi substituída por "indígenes, negres, pobres e putas".

Um ano antes, em 2021, outro grupo de militantes, que reunia majoritariamente ambientalistas e aliados de Marina Silva, trocou os dizeres da bandeira brasileira por "Amor, Ordem e Progresso". Eles diziam encampar um movimento contra o "ódio político" pregado por apoiadores do presidente Jair Bolsonaro. Foi uma das primeiras vezes que o termo "extrema direita" foi empregado — e depois nunca mais parou.

A ex-primeira-dama Marisa Letícia resolveu montar um canteiro de sálvias vermelhas em formato de estrela no jardim do Palácio da Alvorada

Na época, o jornal *Folha de S.Paulo* afirmou que o grupo marcava encontros virtuais pela internet por causa das restrições da pandemia. "O Movimento Amor na Bandeira tratará de tremular uma utopia que já foi abraçada em anos recentes por figuras como o ex-deputado Chico Alencar (Psol-RJ), o designer Hans Donner e o cantor Emicida", dizia a reportagem.

De fato, Chico Alencar tentou votar um projeto na Câmara para mudar os dizeres da bandeira três vezes, nos governos Lula e Dilma Rousseff. Chegou a contar com o apoio do então senador Eduardo Suplicy (PT-SP), mas não conseguiu número suficiente de deputados para ajudá-lo na empreitada.

CONGRESSO NACIONAL

Campanha quer escrever 'amor' na bandeira do Brasil e combater ódio político

Ativistas farão ato nesta sexta, Dia da Bandeira, para defender inclusão da palavra antes de 'Ordem e progresso'

Notícia publicada na *Folha de S.Paulo* (18/11/2021) | Foto: Reprodução/Folha de S.Paulo

Outro exemplo da confusão que a esquerda faz com seus interesses particulares e o patrimônio do Estado ocorreu em 2004. Naquele ano, a ex-primeira-dama Marisa Letícia resolveu montar um canteiro de sálvias vermelhas em formato de estrela no jardim do Palácio da Alvorada. O caso foi revelado pelo jornal *Correio Braziliense* — vistas do alto, as flores desenhavam a estrela vermelha do PT, com 4 metros de diâmetro. A imprensa se alvoroçou e descobriu que outra estrela, ainda maior, fora plantada no jardim da Granja do Torto, onde o casal presidencial recebia amigos para churrascos e festas aos fins de semana e feriados.

Era um período pré-Mensalão, mas a oposição no Congresso funcionava melhor do que se assistiu nos governos seguintes. O motivo era óbvio: o projeto foi doado ao ex-presidente Juscelino Kubitschek (1956-1960) pelo imperador japonês Hirohito. Assim como o Palácio do Jaburu, este último planejado por Burle Marx, só recebe os cuidados de jardineiros treinados. O Alvorada faz parte do Plano Piloto, assinado pelo arquiteto Lúcio Costa, e é tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Logo, nenhum outro presidente ou primeira-dama fez alterações, porque é proibido — é patrimônio nacional.

O Palácio do Planalto disse que a ideia partiu dos jardineiros, e a estrela sumiu.

O que há em comum entre todos esses episódios, do Hino Nacional à bandeira verde-amarela ou os palácios de Brasília? O pensamento fixo da esquerda de que um dia tomará o Estado para sempre e fará dele o que o partido quiser. Nesse ponto, o episódio do hino mostra que Lula fez escola.

Incêndio em plantação de cana-de-açúcar perto do município de Dumont, no interior de São Paulo (24/8/2024) | Foto: Reuters/Joel Silva

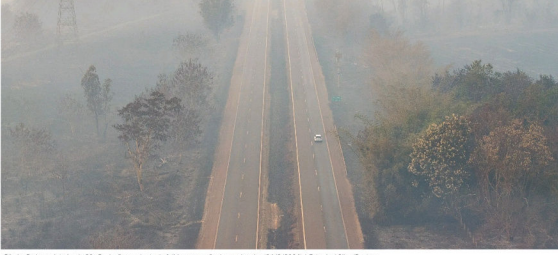
| EDIÇÃO 232

Incêndios: de quem é a culpa?

Fogo nas plantações virou caso de polícia e ressuscitou velhos preconceitos contra o agronegócio

ARTUR PIVA · 30 AGO 2024

Uma série de incêndios atingiu áreas rurais de dezenas de municípios no interior do Estado de São Paulo entre os dias 23 e 25 de agosto. Cidades como Ribeirão Preto — uma das capitais do agro brasileiro — ficaram cobertas pela fuligem preta que caía do céu. Grande parte das áreas atingidas é de plantações de cana-de-açúcar. Por desinformação, houve quem acreditasse que os agricultores eram os culpados pelo desastre — nada mais distante da realidade. A regra no setor canavieiro paulista moderno é combater o fogo — e nunca usá-lo.

Combater as chamas é tão fundamental para os produtores que as usinas de açúcar e álcool mantêm 10,5 mil brigadistas espalhados pelo Estado para situações de emergência. Isso equivale a pelo menos um brigadista para cada 400 hectares de plantação. Além disso, o setor conta com quase 2 mil caminhões-pipa para serem usados ao menor sinal de fumaça.

Ribeiro Preto, no interior de São Paulo, ficou coberta de fuligem em razão das queimadas (24/8/2024) | Foto: Joel Silva/Reuters

Luciano Rodrigues, diretor de Inteligência da União da Indústria de Cana-de-Açúcar e Bioenergia (Unica), explica que a colheita no Centro-Sul do Brasil (porção formada pelas Regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul) é praticamente toda mecanizada. "Se tem incêndio é porque aconteceu algum acidente ou alguma prática criminosa", explica.

Produtividade cai, preços sobem

Tarcísio de Freitas, governador do Estado de São Paulo, estima que as chamas do último fim de semana causaram um prejuízo total de R$ 1 bilhão, somando o estrago nos diversos tipos de lavouras. A Organização de Associações de Produtores de Cana do Brasil (Orplana) acredita que a queima dos canaviais resultou na perda de R$ 500 milhões. Por volta de 80 mil hectares de cana-de-açúcar foram incendiados. Isso equivale a 2% da área dedicada à cultura no território paulista.

José Guilherme Nogueira, CEO da Orplana, já espera o impacto na produção e nos preços para o consumidor. De acordo com o executivo, a queda na produtividade das plantas incendiadas pode chegar a 50%. "Com isso, já temos impactos diretos nos preços do etanol e do açúcar e no canavial do próximo ciclo", diz.

O perigo do triplo 30

A Polícia Civil apura se o desastre tem origem criminosa. Uma das linhas de investigação aponta para a facção Primeiro Comando da Capital (PCC). O ato seria uma retaliação pelas perdas infligidas ao bando de criminosos com o desmantelamento de postos de combustíveis usados pelo grupo para lavar dinheiro sujo.

De acordo com Tarcísio, o PCC possui 1,1 mil postos de gasolina espalhados por todo o país e iniciou a aquisição de uma usina de etanol — o álcool usado como combustível para os carros. Até o fechamento desta edição, sete pessoas foram presas por envolvimento com a autoria das queimadas em São Paulo.

Um homem de 42 anos detido em Batatais (SP) afirmou inicialmente ser membro da facção. Ele ateou fogo à vegetação de um bairro da cidade. Junto ao criminoso, a polícia encontrou gasolina e um isqueiro. Nesse caso específico, contudo, o vínculo com o grupo foi descartado.

"Nas investigações que fizemos, a partir, por exemplo, do telefone, não há comunicação com a facção", informou o governador. De modo geral, o setor canavieiro aguarda as investigações para elucidar a questão.

Uma variável, entretanto, contribuiu para o alastramento do fogo: a condição conhecida como "triplo 30". O fenômeno é a conjunção de três fatores: umidade relativa do ar abaixo de 30%, temperatura acima de 30 °C e ventos acima de 30 km/hora. Por fim, um ponto chama a atenção: o fato de os incêndios começarem no mesmo dia, em horários próximos.

Os locais atingidos pelas chamas estão espalhados por pelo menos 11 das 19 regiões administrativas de São Paulo. A lista inclui mais 25 municípios.

O agronegócio conseguiu eliminar completamente o uso da queima da palha de cana-de-açúcar em 2017

A virada de chave

No passado, o uso das chamas chegou a ser prático. A ausência de uma tecnologia adequada levava à necessidade de queimar a palha da cana-de-açúcar para facilitar o corte e até mesmo proteger os trabalhadores envolvidos de animais peçonhentos, como cobras, escorpiões e aranhas.

Em 2007, porém, um memorando de intenções assinado por representantes do setor junto ao governo estadual estabeleceu, através do Protocolo Agroambiental, a erradicação da queima. Inicialmente, o prazo ia até 2031. O agronegócio entendeu a missão e acelerou os investimentos. Como resultado, conseguiu eliminar completamente o uso da queima da palha em 2017.

Caminhão-pipa combate incêndio em canavial no interior de São Paulo (24/8/2024) | Foto: Joel Silva/Reuters

A virada de chave provocou um impacto altamente positivo. A mão de obra que era empregada no corte da cana não foi abandonada. Cerca de 400 mil trabalhadores passaram por requalificação e hoje estão em atividades menos desgastantes que o corte manual sob o sol quente. Muitos deles, antes chamados de boias-frias, viraram operadores de máquinas modernas e passam o dia em cabines com ar-condicionado e tecnologia de última geração.

O fogo como ferramenta acabou

O documento assinado em 2007 deu origem a um novo tratado em 2017: o Protocolo Etanol Mais Verde. Ele consolida e antecipa algumas metas estabelecidas no primeiro acordo.

Máquina colhendo cana-de-açúcar no interior de São Paulo | Foto: Reprodução/Unica

Rodrigues lembra que as usinas do Estado de São Paulo adiantaram os compromissos de forma voluntária: "A Legislação previa o término da queima nas áreas mecanizáveis em 2021, e o setor conseguiu antecipar essa mudança já em 2014. Assim, faz uma década que houve a abolição da queima nas áreas onde é possível colher com máquinas. Nas áreas onde ainda ocorre o corte manual, a legislação previa o fim em 2031, e o protocolo trouxe para 2017".

De acordo com a Unica, as adaptações com os protocolos assumidos vão muito além das queimadas. Em meio às mudanças, houve, por exemplo, a recuperação de 8,2 mil nascentes e 250 mil hectares de matas ciliares — aquelas das margens de cursos d'água, como os rios.

Foto: Reprodução/Unica

O consumo de água nas safras também despencou de 5 metros cúbicos por tonelada de cana para 0,7 metro cúbico. Com os avanços, o órgão estima um corte na emissão de gases como o carbono equivalente às emissões de 214 mil ônibus circulando por um ano.

Em sete anos, o setor reorganizou todo o sistema de produção. Com tantas mudanças, o fogo como ferramenta nos canaviais paulistas é um passado remoto. O sistema atual conquistou tanta credibilidade dentro e fora do Brasil que é desnecessária a existência de um selo ambiental para o produto livre de queimada da palha. A técnica, simplesmente, não existe mais.

COM LULA, O BRASIL PEGA FOGO

O fogo fora do ambiente urbano não é algo que acontece somente em São Paulo. Uma reportagem publicada por Anderson Scardoelli na Edição 224 da Revista Oeste mostrou que os incêndios florestais no Pantanal e no Cerrado atingiram níveis recorde nos primeiros meses deste ano.

Dos outros biomas do país, apenas o Pampa teve menor incidência de fogo em comparação aos mesmos meses de 2023. O oposto aconteceu na Amazônia, Caatinga e Mata Atlântica. A comparação levou em consideração a monitoria realizada pelo Aqua, satélite de referência do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

Apesar dos números assustadores, desta vez nenhum artista ou intelectual decidiu gravar um vídeo denunciando o fogo — como fizeram durante o governo de Jair Bolsonaro. Em meio ao silêncio, a quantidade de queimadas do primeiro semestre no Pantanal, por exemplo, superou em 40% o mesmo período do ano passado — pior resultado da história. No Cerrado, por sua vez, há o maior volume de registros em 12 anos. Foram 36,6 mil nos oito primeiros meses de 2024.

O agro, para os desinformados, mais uma vez levou o papel de vilão. A prática, entretanto, mostra que a regra do setor é a preservação. A produção do agronegócio brasileiro, além de ser submetida a uma rígida lei ambiental, segue protocolos internacionais para conseguir entrar nos mercados mais exigentes do planeta.

Foto: Ricardo Stuckert / PR

Ilustração: Montagem Revista Oeste/Shutterstock

| EDIÇÃO 232

O novo saque dos fundos de pensão

Sem recursos no Orçamento, que vai fechar com um rombo de quase R$ 69 bilhões, o Executivo está em busca de dinheiro fresco para financiar seus projetos faraônicos

CARLO CAUTI - 30 AGO 2024

"O rombo nos fundos de pensão pode superar o Petrolão." Assim o deputado Efraim Filho, presidente da CPI dos Fundos de Pensão, descrevia, em 2015, o tamanho da devastação nas contas das entidades que deveriam garantir a aposentadoria de milhões de trabalhadores brasileiros. Efraim estava certo. Somente em 2016, o rombo dos fundos de pensão foi de R$ 70 bilhões. Quase o dobro do vermelho de R$ 44 bilhões registrado pela Petrobras por causa do Petrolão.

Sob o comando de indicados do PT, os fundos de pensão de estatais se lançaram em uma série de operações no mínimo temerárias. Entre elas, a compra de ações do Grupo X, de Eike Batista, e de grupos educacionais falidos; a aquisição de títulos de bancos liquidados, como o Cruzeiro do Sul e o BVA; o investimento em "campeões nacionais" envolvidos na Lava Jato; e até mesmo a compra de papéis da dívida pública da Argentina e da Venezuela. Que, obviamente, terminaram em calote.

Trata-se de uma das maiores destruições de riqueza da História do Brasil. Pior de tudo, patrimônio de assalariados, cujos holerites eram descontados compulsoriamente, e que contavam com esse dinheiro para terem um mínimo de serenidade na velhice.

Passada quase uma década, muita gente foi presa e condenada. Poucos bilhões foram recuperados. Efraim Filho se tornou senador. Lula voltou ao poder. E o assalto ao cofre dos fundos de pensão está prestes a recomeçar.

Nem mesmo a Operação Greenfield, desdobramento da Lava Jato deflagrado pela Polícia Federal para investigar os desvios em fundos de pensão, parece ter deixado aprendizados.

Ilustração: Gerada por IA/Revista Oeste

Na quarta-feira 21, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva se encontrou com as lideranças da Previ (fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil), da Petros (fundo de pensão da Petrobras), da Funcef (fundo de pensão da Caixa Econômica Federal) e do Postalis (fundo de pensão dos Correios), além do ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

O objetivo da reunião foi convencer os grandes fundos de pensão das estatais a injetar dinheiro em projetos de infraestrutura. Principalmente do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Há mais de um ano o governo Lula prometeu um PAC de R$ 1,7 trilhão. Até agora não entregou nada. E já estamos quase na metade do mandato.

Juntos, Previ, Petros, Funcef e Postalis administram mais de R$ 500 bilhões. Quase metade do R$ 1,2 trilhão dos 274 fundos de pensão em atividade no Brasil.

Sem recursos no Orçamento federal, que vai fechar com um rombo de quase R$ 69 bilhões neste ano, o Executivo está em busca de dinheiro fresco para financiar seus projetos faraônicos. Aumentar impostos está cada vez mais difícil. Usar as empresas estatais — as poucas que sobraram da temporada de privatizações dos governos Temer e Bolsonaro —, também. Por isso, sem muitas cerimônias, Lula pediu que os fundos de pensão das estatais paguem o pato dos planos petistas.

O filme é uma represe do que foi visto há dez anos, quando bilhões de reais foram desviados. Projetos não saíram do papel, e os fundos de pensão acabaram quebrados.

Ainda hoje a Petros tem um passivo de R$ 30 bilhões e, o Postalis, um vermelho de R$ 15 bilhões. Herança maldita daquela temporada de gastos desenfreados em projetos descabidos. Há anos os funcionários dos Correios, na ativa ou já aposentados, amargam um desconto no contracheque de até 37% para cobrir esse rombo. Que vai continuar pelos próximos 30 anos. O Postalis chegou a sofrer intervenção.

Na reunião no Planalto, Lula deixou clara a intenção de mudar a rigorosa política de investimentos dos fundos de pensão, afrouxando as regras criadas depois da Lava Jato para impedir nova fraudes e desvios. Operação complicada.

Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

Manobras espúrias

As grandes manobras para o novo assalto aos fundos de pensão começaram já no primeiro ano do novo governo do PT.

A tática é sempre a mesma: aparelhar o sistema. O governo Lula nomeou para diretor de normas da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) Alcinei Cardoso Rodrigues, réu por gestão temerária de recursos da Petros. A Previc, órgão ligado ao Ministério da Previdência, tem o dever de fiscalizar o setor de fundos de pensão.

Duas semanas depois de a resolução entrar em vigor, 34 ex-gestores dos fundos de pensão da Petrobras e da Vale denunciados pelo Ministério Público Federal por gestão temerária pediram o adiamento de seus processos

Só que em agosto do ano passado, na surdina, a Previc publicou a Resolução nº 23, que dificulta a responsabilização de gestores de fundos de pensão envolvidos em irregularidades. Para justificar a norma, o órgão afirmou que ela visa a assegurar a "atuação garantista e republicana", e que segue um manual de melhores práticas de entidades internacionais. Na verdade, uma blindagem para evitar que novas Operações Greenfield possam acontecer.

O escândalo foi tamanho, que vários funcionários da Previc denunciaram ilegalidades no texto e violação de normas burocráticas para aprová-lo na diretoria colegiada, e disseram ter sofrido pressão para antecipar conclusões técnicas. O autor da resolução, Danilo Martins, nomeado pelo ministro da Previdência Carlos Lupi, foi investigado e afastado preventivamente.

Duas semanas depois de a resolução entrar em vigor, 34 ex-gestores dos fundos de pensão da Petrobras e da Vale denunciados pelo Ministério Público Federal por gestão temerária pediram o adiamento de seus processos. Segundo eles, a nova regra deve ser aplicada retroativamente, beneficiando-os. Entre eles, quase metade foi alvo da Greenfield. Eles foram processados por terem utilizado o dinheiro dos trabalhadores para investir na Sete Brasil, empresa criada durante o governo Dilma Rousseff para fabricar equipamentos para a exploração de poços de petróleo no pré-sal.

A Sete Brasil tinha que fabricar 28 sondas para a exploração, o que tornaria o Brasil o maior fabricante do mundo desse equipamento. Acabou falindo. E deixou um rombo bilionário para os fundos de pensão.

Ilustração: Shutterstock

Preparando o terreno

O cenário parece pronto para que essa história se repita. As empresas envolvidas na Lava Jato voltaram quase todas à plena atividade. Apenas alteraram seus nomes.

A Odebrecht passou a se chamar Novonor. A OAS mudou para Grupo Metha. A Camargo Corrêa agora atende por Mover Participações. E a Queiroz Galvão se renomeou Ályа. Todas estão prontas para voltar a ganhar licitações públicas de grandes obras infraestruturais do novo PAC.

Não por acaso, entre as mudanças que o governo quer implementar está a possibilidade de os fundos de pensão comprarem debêntures de infraestrutura. Além de papéis do setor ambiental, como crédito de descarbonização e fundos de investimento do agronegócio (Fiagro). Nenhum desses investimentos é permitido pelas regras atuais.

Mas para a Previc está tudo normal. Em nota divulgada depois da reunião, a entidade alegou que as medidas do atual governo têm o objetivo de "cumprir os compromissos e as metas em favor da sociedade, do desenvolvimento do país e da expansão do setor de previdência complementar fechado, mantendo a higidez das reservas previdenciárias e a proteção às famílias".

Para tentar convencer os executivos, Lula disse que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) vai garantir os projetos que não forem rentáveis. Ou seja, os fundos de pensão investirão em projetos insensatos de obras públicas, registrarão prejuízo, mas um banco público cobrirá esse rombo.

Por que, então, não usar diretamente o BNDES para investir nessas obras, sem ter que passar pelos fundos de pensão?

BNDES tem o TCU como mediador do acordo | Foto: Divulgação/CNI

Herança maldita

Os trabalhadores de empresas estatais sabem muito bem o que significou o saque dos fundos de pensão das gestões petistas anteriores. Por isso, desta vez, já aparecem os primeiros sinais de resistência à investida governamental.

A Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal (Fenae) soltou uma nota duríssima condenando a "intenção do governo federal de utilizar recursos dos fundos de pensão das estatais para financiar obras do PAC" e "qualquer tentativa de interferência política nos fundos de pensão, sejam elas por agentes públicos ou privados".

Desta vez, todavia, será muito mais difícil que os fundos de pensão atuem na mesma modalidade do passado.

"As regras hoje estão muito mais rígidas. A política de investimento dos fundos de pensão é mais robusta, e a governança também melhorou. As entidades e os reguladores estão muito mais de olho para ver o que está acontecendo, e isso faz a diferença", explicou a **Oeste** Marcel Barros, da Associação Nacional de Participantes de Fundos de Pensão (Anapar).

Segundo ele, é também necessário contextualizar os resultados negativos dos fundos imobiliários registrados no passado. "Boa parte desse passivo foi provocada pelos recálculos da expectativa de vida e com mudanças de investimentos de títulos de renda fixa", explicou. "Sem contar casos como erros de alocação de terceirizados, como o BNY Mellon, que está sendo processado pelo próprio Postalis".

Entretanto, há sinais que geram preocupação entre os operadores do setor. Por exemplo, a volta à cena dos protagonistas da temporada do Mensalão.

No dia 5 de setembro de 2016, o ex-tesoureiro do PT João Vaccari Neto foi preso no âmbito da Operação Greenfield, acusado de envolvimento em fraudes na Funcef.

No dia 22 de agosto de 2024, Vaccari abriu um seminário na Central Única dos Trabalhadores (CUT) sobre fundos de pensão. Ele foi elogiado pelo diretor de Seguridade da Funcef, Jair Ferreira. Ninguém entre os presentes ficou constrangido.

O Brasil voltou.

Incêndio na Floresta Amazônica, em Apuí, no Amazonas (8/8/2024) | Foto: Adriano Machado/Reuters

| EDIÇÃO 232

Lula chamuscado queima a imagem do Brasil

Qual é o custo para a economia do país sob um governo que não se preparou para os períodos de seca, é incapaz de preservar suas florestas e de garantir segurança aos produtores rurais?

ADALBERTO PIOTTO · 30 AGO 2024

Anos atrás, a mídia engajada e grupos de artistas e acadêmicos pouco afeitos aos fatos davam sustentação a uma narrativa de Lula de que o governo Bolsonaro tinha problemas internacionais que gerariam, na tese manipuladora do lulopetismo, problemas econômicos ao Brasil. Na deletéria campanha pelo mundo, em que definiam o país como "pária internacional", cabia de tudo: suposto negacionismo na pandemia e das mudanças climáticas, incêndios na Amazônia e reclamações do comportamento do ex-presidente. Lula e seus aliados na imprensa, na Academia e até em órgãos internacionais, aqui e lá fora, davam fôlego aos argumentos que viriam a cair com os fatos.

O tempo passou e o Brasil foi um dos líderes na recuperação pós-pandemia, um dos principais destinos do investimento internacional, e se abria ao mundo de vez com uma candidatura sólida a fazer parte da OCDE, o clubão dos países desenvolvidos que exige índices socioeconômicos e de responsabilidade governamental avançados para aceitar um novo membro. Em 2021, o PIB recuperou as perdas da pandemia e cresceu novamente em 2022, apesar da escassez de produtos e do custo do petróleo pelo conflito na Ucrânia. Sob Lula, os gastos públicos explodiriam a responsabilidade fiscal, a diplomacia perderia seu respeito, o aventado "pária internacional" finalmente ganharia um lugar no Palácio do Planalto e seríamos vítimas de um mosquito conhecido desde os anos 1980.

Que no governo Bolsonaro declarações do presidente e algumas ações poderiam ter sido evitadas por autocontenção em nome da sensatez, não há dúvida. Barulho em excesso não permite conversa. Mas a crítica de opositores foi desconectada e baseada em mero jogo da baixa política que só nos gerou perda de tempo interna, além de passar uma mensagem errada ao mundo. Por que tanta gente deu espaço a isso é algo que merece estudo.

Hoje, o momento do atual governo queima a credibilidade do país com fatos inegáveis. Literalmente, queimadas ardem pelas florestas e campos produtivos do país, a gestão ambiental é pífia e a diplomacia errática dobra a aposta em escolhas sem lastro nos valores nacionais que expõem o Brasil ao ridículo e do lado errado da história contemporânea. No ambiente doméstico, a gestão de Lula 3 é incapaz de enfrentar a epidemia de dengue, uma doença conhecida desde os anos 1980 e combatida com prevenção e fumacê, além do clima de antidemocracia e de supressão de direitos e de garantias individuais que gera insegurança jurídica no país e traz de volta o clima de ditadura, seja pela imprópria parceria com o Supremo Tribunal Federal, seja pelo descontrole das contas públicas.

Aedes aegypti, mosquito transmissor da dengue | Foto: Jcomp/Freepik

Aos números, porque eles são imbatíveis.

Dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), divulgados pelo jornal digital *Poder360*, mostram que neste ano, até o dia 26 de agosto, foram registrados quase 110 mil queimadas no país. Isso significa 76% de aumento em relação ao ano passado. O segundo e o terceiro colocados da série histórica de queimadas vêm também dos governos de Lula: 130 mil incêndios em 2005 e 127 mil em 2010. A maior parte em áreas como a Amazônia e o Pantanal. Quase um ano e oito meses de governo Lula 3 e ele e sua ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, não conseguem dar resposta aos brasileiros num dos temas mais estridentes da crítica internacional que, para espanto da coerência, está silente agora, justamente em meio a uma das piores crises de inação do governo.

Desconectados, no último fim de semana Lula e Marina estavam no palanque do candidato à prefeitura de São Paulo Guilherme Boulos (Psol), enquanto o governador do Estado, Tarcísio de Freitas, geria um gabinete de crise para rapidamente mitigar os efeitos dos 3.452 focos de incêndio pelo interior do Estado. O prejuízo é estimado em mais de R$ 1 bilhão em prejuízos, a maior parte ao agronegócio, que teve canaviais dizimados pelo fogo. Muitos dos incêndios foram criminosos. E dois números que deveriam martelar a cabeça do presidente: metade da produção de etanol vem de São Paulo. Da produção nacional de açúcar, mais de 60%. O etanol nos tanques dos carros garante o Brasil como um dos menores emissores de carbono na atmosfera. O açúcar vai na veia do superávit da balança comercial do país.

No rescaldo da incompetência federal, fica a pergunta: qual é o custo para a economia do país sob um governo que não se preparou para os períodos de seca, é incapaz de preservar suas florestas e de garantir segurança aos produtores rurais de áreas estratégicas para a questão ambiental e econômica? Lembre-se que os efeitos de fenômenos como El Niño e La Niña eram previstos, assim como a estiagem severa. Antes de assumir, Lula recebeu do Congresso uma emenda fura-teto de R$ 145 bilhões, que poderiam ter sido usados em planejamento de prevenção ao fogo. Não foram. Marina e o próprio presidente preferem culpar Bolsonaro. Se a desculpa um dia colou, não cola mais.

Longe da pandemia de um vírus desconhecido que assolou a humanidade por quase dois anos e que fechou a economia do planeta, o governo Lula não consegue controlar uma epidemia interna de dengue que aflige o país até no inverno

---

Na diplomacia, Lula chamusca a imagem do Brasil. Depois de declarações desastrosas após o ataque terrorista do Hamas que matou e sequestrou centenas de israelenses dentro do próprio país, conseguiu ser *persona non grata* em Israel, país de tradicionais relações de amizade com os brasileiros e que fornece sistemas eletrônicos estratégicos aos aviões da Embraer. A falsa equivalência entre Rússia e Ucrânia, numa guerra em que os russos invadiram o país vizinho num crime contra a humanidade, chocou a comunidade internacional, que viu o Brasil se distanciar de seu tradicional equilíbrio e sensatez nas relações internacionais. A cena em que Lula fingiu ler um documento para evitar cumprimentar o presidente ucraniano Volodymyr Zelensky na reunião do G7, em maio do ano passado, em Hiroshima, no Japão, é historicamente vergonhosa.

Mesmo no continente latino-americano, Lula 3 reduz o tamanho do Brasil. Preso à ideologia de esquerda que atrasa a região há décadas, o presidente não consegue condenar a ditadura e o golpe eleitoral de Nicolás Maduro, na Venezuela, ou o regime do sanguinário ditador nicaraguense Daniel Ortega. Não bastasse o mundo civilizado e democrático olhar com ressalvas a diplomacia de Lula, ambos os amigos ditadores fizeram críticas públicas ao presidente brasileiro, que parece perdido e isolado.

O ditador da Venezuela, Nicolás Maduro, é recebido pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no Palácio do Planalto | Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

Na saúde, longe da pandemia de um vírus desconhecido que assolou a humanidade por quase dois anos e que fechou a economia do planeta, o governo Lula não consegue controlar uma epidemia interna de dengue que aflige o país até no inverno. Já são mais de 5 mil mortes e mais de 6,5 milhões de casos. Segundo a OMS, 82% dos casos de dengue do mundo são no Brasil. Um estudo da Federação das Indústrias de Minas Gerais, feito em março, revelou que o descontrole do mosquito *Aedes aegypti* deve gerar perdas de mais de R$ 20 bilhões na economia brasileira, além da irrecuperável perda de vidas. Governos cuidam de pessoas e preservam a economia. Deveriam, ao menos. Mas Lula, o presidente, foi vacinado numa clínica particular.

A insegurança jurídica é tema recorrente nesta coluna, seja pelas decisões do STF, que impôs retroatividade de cobrança de impostos mesmo em decisões já proferidas em última instância, seja pelo tipo de governo que recorre à Corte suprema quando perde no jogo democrático com o Congresso. O caso da desoneração da folha de pagamentos foi dos mais afrontosos. Uma liminar do ministro Cristiano Zanin "revogou" uma decisão de 513 deputados e 81 senadores. Mesmo com a precária solução encontrada recentemente, como explicar isso a um investidor estrangeiro ou segurar o brasileiro aqui?

Nesta semana, um alento. A contratação com carteira assinada trouxe saldo positivo de 188 mil novas vagas em julho. Um pouco abaixo das expectativas, menos que junho, mas 32% superior ao mesmo mês do ano passado. Enfim, o dado é bom. O setor que mais gerou empregos foi o de serviços, justamente o que será mais prejudicado com o aumento de impostos previsto no projeto de reforma tributária apoiado pelo governo federal. A reforma ainda tramita no Congresso e já prevê quase 28% de IVA, a segunda mais alta do mundo. O Brasil respira, o governo sufoca.

Dias atrás, Lula disse que não é um gestor, é político. Não surpreendeu ninguém. Mas políticos podem escolher entre ser estadistas ou populistas inconsequentes.

Fato é que o desejo que mais se ouve de investidores e empresários é um só: "Se o governo de Lula não atrapalhar, já está bom". Sabendo que quatro anos demoram, mas passam, a economia ativa se concentra no arco da tecnologia de ponta, do agronegócio e conectado às cadeias globais, onde o poder público joga junto, desembaraça e apoia. Justamente os Estados onde os governadores da oposição são predominantes, no Sudeste, no Sul e no Centro-Oeste.

Ilustração: Shutterstock

| EDIÇÃO 232

Os votos dos pobres

São erradas e lesivas as políticas que estimulam os pobres a viverem como animais em cercados esperando que seu dono (o Estado) lhes provenha alimento, casa, emprego e roupa gratuitamente

UBIRATAN JORGE IORIO
30 AGO 2024

"Porque, pobres, sempre os tereis convosco e, quando quiserdes, podeis fazer-lhes bem; a mim, porém, não Me tereis sempre."
(Mc 14,7)

Com a proximidade das eleições, está aberta a temporada bienal de caça aos votos dos pobres. São incontáveis os exemplos de políticos populistas, no passado e no presente, no Brasil e no mundo inteiro, que, sabendo que a pobreza sempre existiu e vai existir, colocam-se como protetores dos necessitados, mas cujo verdadeiro objetivo, longe de defendê-los, é garantir sua permanência na pobreza para assim amealharem eleitores cativos. É a indústria da pobreza, cuja taxa de retorno costuma variar em proporção direta com a ignorância e a desinformação do eleitorado. Se pensarmos um pouco, não será difícil concluirmos que o socialismo e as ditaduras em geral, no final das contas, nada mais são do que a institucionalização dessa exploração do povo pela classe política. Muitos políticos, assim como artistas e "intelectuais" que nunca viveram a pobreza na carne, agem como sanguessugas que se alimentam das dificuldades alheias. A pobreza para eles é apenas uma fonte generosa de votos, prestígio, riqueza e poder, e os pobres são a água necessária para alimentar essa fonte.

Populistas não passam cinco minutos sem apelar para o discurso da igualdade, mas a verdade — inalterável como toda verdade — é que os indivíduos nunca foram padronizados, e, portanto, sempre existiram e continuarão a existir "desigualdades". Por isso, buscar a igualdade absoluta de resultados é um propósito que apenas pode ser alcançado pela força e que fatalmente torna todas as pessoas *pobres de marré deci*, como aconteceu em todos os experimentos socialistas realizados até hoje. Nos dias atuais, qualquer pessoa minimamente informada, por mais que a velha imprensa tente esconder, sabe disso, graças ao extraordinário avanço tecnológico nas telecomunicações que proporcionou uma revolução sem precedentes nos fluxos de informações e é por isso que os políticos populistas detestam a internet e sempre inventam pretextos para limitá-la e regulá-la.

Ilustração: Shutterstock

A pobreza sempre esteve e estará presente no mundo. Nos países desenvolvidos ela também existe, só que em graus inferiores aos existentes nos atrasados. Muitos pobres norte-americanos, por exemplo, seriam facilmente incluídos na classe média brasileira, assim como um brasileiro de classe média hoje seria considerado um ricaço, caso vivesse — com os mesmos padrões de consumo que desfruta no Brasil — na Venezuela arrasada pelo socialismo tão amado pelo governo brasileiro atual. Isso significa que a abordagem correta para atacar esse mal deve ser a de procurar diminuir a *pobreza relativa*, o que equivale, em termos internacionais, a fazer a queda em nossa pobreza absoluta ser maior do que a das sociedades desenvolvidas e, em termos internos, a aumentar o porcentual de não pobres em relação à população total, mas sem empobrecer quem é rico.

Há dois modos de escapar ao dever de solidariedade humana que se impõe às boas consciências. O primeiro é por omissão e revelador de más intenções, egoísmo, preguiça, ódio e outras deformações do espírito, e o segundo, embora muitas vezes vestido com a capa das "boas intenções", consiste no erro de julgar que se pode combater a pobreza e erradicar a miséria sem que se tenha o conhecimento adequado dos processos geradores de riqueza, prosperidade e progresso, o que leva ao maior distanciamento da solução e, portanto, ao agravamento do problema. O primeiro modo denota egoísmo ou falta de caridade, e o segundo, falta de conhecimento ou, em alguns casos, ausência de ética ou tendência para o totalitarismo, uma vez que caridade, solidariedade, amor e outras virtudes morais, para que sejam virtudes, devem ser voluntárias, e não impostas, porque nesse caso são apenas extorsões do Estado contra os cidadãos. Em outras palavras, não se pode buscar implantar a virtude do altruísmo mediante o pecado da coerção.

Ilustração: Shutterstock

As causas da pobreza e da riqueza são recíprocas; isso significa que, quando se rejeita o que gera progresso, se aceita inevitavelmente o que produz atraso. Para combater de verdade a pobreza, é preciso antes saber de cor e salteado quais são as causas da formação da riqueza, tanto a individual como a das nações. Certa vez, em uma universidade em que lecionava, convidaram-me para assistir a uma palestra de um economista tido por muitos como um grande "especialista em pobreza". Não o conhecia, "mas tudo bem" — pensei com meus dois botões da camisa polo —, "deve ser um perito em combater a pobreza, e o que vai dizer pode ser interessante". Mas logo em seguida, à medida que o sujeito falava, comecei a detectar traços claros de marxismo, suspeita confirmada quando propôs a criação de um novo imposto, o que me levou a concluir que se tratava, sim, de um especialista em pobreza, mas em perpetuá-la. Cá entre nós, economistas que se especializam em "pobreza" não são como médicos mestres em assassinatos, advogados experientes em burlar leis ou, para usar uma linguagem mais branda, esquimós entendidos em calor? O apego agourento à pobreza, de fundo ideológico ou populista, ou ambos, é uma doença abominanda que precisa ser erradicada.

O processo gerador de riqueza é como um espetáculo teatral: se os atores, o roteiro, a direção e o cenário são bons, é preciso apenas uma boa história, um bom *script*, para que a peça seja boa. A diferença entre os liberais e os ditos *progressistas* é que os últimos, embriagados pelo construtivismo racionalista e pelo populismo, desejam que o Estado, direta ou indiretamente, se aposse da apresentação, impondo a todos o cenário, o roteiro, o *script*, a rigorosa distribuição dos papéis e os preços dos ingressos, para uma peça cujo teor e resultados são preconcebidos e determinados. Já os liberais não creem em histórias completamente planejadas e, logo, seu *script* não é totalmente previsível, pois é baseado em performances individuais autônomas, sujeitas a mudanças subjetivas.

Ilustração: Shutterstock

Para os economistas liberais, a criação de riqueza é um conjunto de ações em que os atores econômicos atuam livremente, acatando as molduras legais e institucionais e dando vazão à sua criatividade, tal como um concerto de *jazz*, em que os músicos improvisam sobre um tema, porém sempre "empreendendo", ou seja, criando figuras que respeitam a harmonia e o ritmo. Nessa parábola simples, os atores correspondem aos cidadãos ricos em capital humano e criativos, o roteiro é flexível, o cenário equivale a boas leis, segurança jurídica, instituições sólidas e que garantam os direitos individuais básicos, e o *script* é livre.

O assistencialismo dos pretensos *progressistas* nos remete a algo terrível — a uma triste farsa representada no palco —, que é o fomento, nas comunidades de baixa renda, da *pobreza comportamental*, constituída pela relativização moral, a ruptura de valores sólidos e a degradação da conduta. Isso gera obstáculos à constituição de famílias sadias, cria dependência em relação à ajuda oficial, destrói a ética do trabalho, bloqueia as aspirações educacionais e a busca do sucesso pessoal, além de prejudicar a criação dos filhos, aumentar o número de mães solteiras e incentivar o crime, o abuso do álcool e o uso de drogas.

O Estado assistencialista vê-se, então, às voltas com um dilema: os programas de combate à pobreza, além de materialmente infrutíferos, agravam a *pobreza comportamental*, o que significa que, além de lesivos e desagregadores, aumentam a pobreza como um todo, o que, aliás, já fora temido pelo próprio Roosevelt, o presidente do New Deal, que se referia aos "efeitos narcóticos" do Estado de bem-estar.

Ilustração: Shutterstock

Combater a pobreza para valer requer a criação de um ambiente institucional e legal que proporcione trabalho. A solução não está no determinismo econômico que sugere que Fulano é pobre simplesmente porque é pobre e que, portanto, sempre vai ser pobre e precisar das esmolas do Estado; e nem que ele é pobre porque Beltrano é rico e que, por conseguinte, é preciso tirar de Beltrano para entregar a Fulano; e nem tampouco nos determinismos de origem genética, racial, de gênero ou de "opção sexual". Se essas teorias determinísticas fossem válidas, os homens, respectivamente, ainda estariam vivendo em grutas ou cavernas, todos seriam iguais na pobreza por decreto, as abomináveis teorias nazistas estariam corretas e não poderia haver nenhum negro, índio, mulher e homossexual conseguindo subir na vida graças aos próprios esforços.

Você já se perguntou se, caso o programa Bolsa Família fosse extinto abruptamente, seus beneficiários voltariam a ser pobres como antes? A resposta foi afirmativa, não é isso? Eis a prova incontestável de que não funcionou

São erradas e lesivas as políticas que estimulam os pobres a esse comportamento autodestrutivo, a viverem como animais em cercados esperando que seu dono (o Estado) lhes provenha alimento, casa, emprego e roupa gratuitamente. Por isso, no que tange à eliminação das causas da pobreza, os programas que dão aos pobres "bolsas" disso ou daquilo são inúteis. Estimulam o ócio e a preguiça e desestimulam os verdadeiros elementos que geram riqueza. Quando muito, podem ajudar somente em situações emergenciais, mas infelizmente, na prática, parece que nesses casos as emergências costumam ser eternas, como observou Hayek quando criticava as "políticas de desespero permanente".

Ilustração: Shutterstock

Você já se perguntou se, caso o programa Bolsa Família fosse extinto abruptamente, seus beneficiários voltariam a ser pobres como antes? A resposta foi afirmativa, não é isso? Eis a prova incontestável de que não funcionou. Iniciativas desse tipo não podem ser transformadas em bolsas-votos, como os governos de esquerda fizeram no Brasil. Têm que ter, antes de tudo, prazo predeterminado de entrada e saída e estar associadas à educação, ao ensino de profissões e a avaliações individuais de desempenho.

Para erradicar a miséria e combater a pobreza, a primeira coisa a ser feita é tratar os pobres como seres humanos, e não como bois, dotá-los de senso de responsabilidade individual e social e mostrar a eles a importância dos valores morais tradicionais — como honestidade, trabalho, frugalidade e respeito ao próximo — que, infelizmente, vêm sendo progressivamente torpedeados pelos que fazem da fome e precariedade alheias o próprio e generoso ganha-pão. O populismo é um mal desnecessário, não só porque ilude os pobres, mas porque os mantém na pobreza e implica mais Estado na vida das pessoas.

Vale registrar, por fim, que voto **de** pobreza é muito diferente de voto **da** pobreza. O primeiro, característico de certas ordens religiosas, é um propósito, um compromisso de baixo para o alto que o indivíduo assume com Deus, uma promessa de desapego de riquezas materiais, feita voluntariamente, por livre opção; o segundo é uma imposição do alto para baixo, sobreposta pelo Estado aos indivíduos, uma trapaça, uma vigarice para iludir os eleitores pobres e impedi-los de realizar o que para muitos é a sua única aspiração — reta, por sinal —, que é a de sair da pobreza e progredir na vida.

***Ubiratan Jorge Iorio** é economista, professor e escritor.*
***Instagram:** @ubiratanjorgeiorio*
***Rede X:** @biraiorio*

Gabriel Galípolo | Foto: Montagem Revista Oeste/Diogo Zacarias/MF/Shutterstock

| EDIÇÃO 232

Galípolo no BC agrada ao mercado. Por enquanto

E mais: Petrobras na Argentina, a invasão das *bets*, o crescimento da Embraer e os profissionais brasileiros de partida para os EUA

CARLO CAUTI • 30 AGO 2024

A nomeação de Gabriel Galípolo como futuro presidente do Banco Central (BC) parece ter agradado ao mercado financeiro. Para a agência de *rating* Fitch, a política monetária brasileira, considerada "prudente", não deverá sofrer grandes mudanças sob a nova gestão.

Entretanto, segundo fontes do mercado, "a desconfiança sobre ele diminuiu, mas ainda existe".

Credibilidade deverá ser conquistada

Nas últimas semanas, Galípolo tem dado declarações públicas de compromisso com a meta de inflação. Chegou a falar de aumentar a Selic, caso necessário.

Uma posição que tranquilizou os mercados, que esperam decisões técnicas para conquistar credibilidade ao longo do tempo.

Gabriel Galípolo, futuro presidente do Banco Central (BC) | Foto: Diogo Zacarias/MF

***

Pix do mercado de capitais

O mercado financeiro brasileiro se tornou mais ágil. Agora os investidores poderão escolher mais facilmente onde deixar seus recursos investidos.

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) editou duas resoluções que estabelecerão a portabilidade das aplicações financeiras. O chamado "Pix do mercado de capitais".

Será possível mudar de instituição financeira, seja ela um banco ou uma gestora, sem ter que baixar a aplicação. A nova norma entrará em vigor em 1º de julho de 2025.

***

Petrobras de olho na Argentina

A Petrobras pode voltar a investir na Argentina. A estatal petrolífera brasileira poderia adquirir projetos de gás de xisto no país vizinho, assumindo uma participação na Tecpetrol, unidade do Grupo Techint, do bilionário Paolo Rocca.

O objetivo seria aumentar a oferta do combustível para estimular o crescimento industrial.

A Petrobras operou na Argentina entre 2004 e 2016, quando vendeu seus ativos para a Pampa Energia.

***

Faria Lima *versus bets*

O mercado financeiro brasileiro está cada vez mais alarmado com o crescimento exponencial das casas de apostas no Brasil.

O presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), João Pedro Nascimento, chegou a considerar a questão como "alarmante".

"Não vai esvaziar o mercado de capitais, como alguns disseram. Vai esvaziar a geladeira dos brasileiros", disse Nascimento, durante um evento do Santander, em São Paulo.

Segundo o presidente da entidade reguladora do mercado financeiro, "as *bets* impõem risco aos mais vulneráveis".

Varejo quer limitar as apostas

Os varejistas brasileiros também estão muito preocupados com o efeito das *bets* nas escolhas dos consumidores.

As empresas do setor deverão ir até Brasília para tentar obter normas mais rígidas envolvendo a lei das apostas esportivas on-line.

O objetivo é criar limitações ao uso de cartão de crédito e à liberação de empréstimos consignados (no holerite) voltados para pagamentos de dívidas com jogos.

Vários estudos realizados por entidades varejistas mostram que as apostas on-line reduzem as compras em supermercados, principalmente nas camadas mais pobres da população.

Segundo o presidente da entidade reguladora do mercado financeiro, "as *bets* impõem risco aos mais vulneráveis" | Foto: Shutterstock

***

Shopee aumenta presença no Brasil

A plataforma chinesa de comércio eletrônico Shopee inaugurou seis novos *hubs* logísticos no Brasil.

Os centros estão localizados nas cidades de Barbacena, Ubá e Extrema, em Minas Gerais, e em Barreiras, Irecê e Alagoinhas, na Bahia.

Os dois Estados são considerados estratégicos para a melhora do fluxo das mercadorias nessas regiões.

A chinesa mantém sua estratégia de reforçar a chamada "logística de última milha", o que permite entregas mais rápidas para os consumidores finais.

No total, a Shopee agora conta com 27 unidades logísticas em Minas Gerais e na Bahia.

***

Momento de ouro para a Embraer

A Embraer está cada vez mais se afirmando como uma das empresas mais importantes do mundo no setor de segurança e defesa.

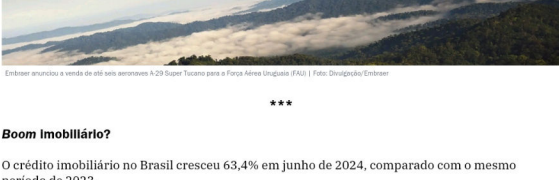
Os pedidos internacionais superaram os nacionais pela primeira vez na história da companhia, em um movimento considerado a globalização da unidade de negócios.

O modelo militar de transporte C-390 Millennium é o principal vetor de crescimento da unidade de defesa da Embraer. Além do Brasil, Hungria, Portugal, Holanda, Áustria, República Tcheca e Coreia do Sul usam ou utilizarão em breve a aeronave multimissão. E a Embraer também disputa contratos na Índia e na Arábia Saudita.

Uruguai vai voar Embraer

A Embraer anunciou a venda de até seis aeronaves A-29 Super Tucano (de ataque e treinamento) para a Força Aérea Uruguaia (FAU).

O contrato faz parte do programa de renovação da frota e expansão da capacidade operacional da FAU. Prevê a aquisição de uma aeronave e compromisso para a compra de cinco unidades adicionais, com entregas previstas a partir de 2025.

Com a encomenda, o Uruguai se torna a sexta nação a operar o A-29 Super Tucano na América do Sul, junto com Brasil, Chile, Colômbia, Equador e Paraguai.

Embraer anunciou a venda de até seis aeronaves A-29 Super Tucano para a Força Aérea Uruguaia (FAU) | Foto: Divulgação/Embraer

***

Boom imobiliário?

O crédito imobiliário no Brasil cresceu 63,4% em junho de 2024, comparado com o mesmo período de 2023.

Segundo a Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip), os financiamentos com recursos das cadernetas do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) somaram R$ 17,97 bilhões no mês passado.

Com esses recursos foram financiados, em julho deste ano, nas modalidades de aquisição e construção, 54,4 mil imóveis.

Nos primeiros sete meses de 2024, o volume financiado foi de R$ 100,1 bilhões, com crescimento de 14,1% em relação ao mesmo período de 2023.

Todo mundo quer comprar casa

Segundo a Secovi-SP, as vendas de imóveis em julho subiram 33% na comparação anual, e totalizaram 7,7 mil unidades.

No ano, as vendas acumularam 54,9 mil unidades, alta de 36,4% em relação a 2023.

Os lançamentos em julho subiram 41,6% na comparação anual. No ano, totalizaram alta de 46,4%.

As vendas de imóveis em julho subiram 33% na comparação anual | Foto: Shutterstock

***

Estados Unidos em busca de profissionais estrangeiros

O número de brasileiros que decidem morar nos Estados Unidos aumenta a cada ano. Especialmente entre os profissionais qualificados, com diplomas de cursos superiores, que procuram uma vida melhor em território americano.

Apesar da facilidade concedida a brasileiros formados, ainda existe o entrave da burocracia, que pode atrasar a chegada aos EUA.

"Mesmo passando pelas vias consulares, a obtenção do visto de trabalho para brasileiros formados pode demorar meses", explica a **Oeste** Wagner Pontes, fundador da D4U Immigration, a maior assessoria migratória dos EUA.

A empresa já ajudou mais de 11 mil pessoas a obter vistos para os Estados Unidos, e nos últimos três anos consecutivos recebeu o prêmio de melhor assessoria migratória dos EUA e da América Latina pela Legal Awards.

"Existe um interesse nacional dos Estados Unidos em ter profissionais estrangeiros contribuindo e atuando no mercado de trabalho americano em determinados cargos estratégicos, como engenheiros, profissionais da saúde e advogados", salienta Pontes.

Segundo ele, para quem tem formação superior, as portas do mercado de trabalho americano nunca estiveram tão abertas. Wagner Pontes falou com **Oeste**, confira.

Wagner Pontes, fundador da D4U Immigration, a maior assessoria migratória dos EUA | Foto: Divulgação

Neste momento, qual é o nível de interesse dos brasileiros em morar nos Estados Unidos?

Percebemos um aumento da demanda nos últimos meses. Principalmente de pessoas com formação em boas universidades brasileiras, que decidem emigrar para os Estados Unidos. Hoje, quase 2 milhões de brasileiros moram nos EUA. E esse fluxo está aumentando cada vez mais.

Entre seus clientes, qual é a principal razão para emigrar para os EUA?

Salários mais elevados, em dólar, e segurança. Em geral, a busca por uma melhor qualidade de vida. Mas, em geral, essas pessoas chegam do Brasil atraídas por oportunidades profissionais.

As empresas americanas estão buscando profissionais estrangeiros? De quais setores?

Há uma grande demanda de mão de obra qualificada nos EUA neste momento. As companhias americanas estão precisando principalmente de profissionais no setor da saúde, como médicos, enfermeiros e profissionais de estética, entre outros. Durante o último mês, os americanos adicionaram, apenas no setor de saúde, mais de 48,6 mil empregos. Foi o segmento que registrou o maior número de Green Cards para brasileiros. O setor de tecnologia vem em segundo lugar, seguido por engenharia e administração de empresas.

Caso Donald Trump ganhe as eleições, será mais fácil ou mais difícil para os brasileiros trabalharem nos EUA?

Mais fácil. Trump concordou com investidores do Vale do Silício quanto à necessidade de os EUA reterem mais trabalhadores estrangeiros altamente qualificados para o mercado de tecnologia. Ele disse que vai ampliar o visto EB2-NIW, que pode ser adquirido com base no histórico profissional e acadêmico. Será facilitado o ingresso para quem tiver um diploma de graduação superior (bacharelado) mais cinco anos de experiência, ou um certificado de curso técnico e dez anos de experiência. Ou, ainda, mestrado ou doutorado em sua área de atuação, dispensando o tempo de experiência.

Foto: Shutterstock

| EDIÇÃO 232

Nunca lhe prometi a Floresta Amazônica — Final

A narrativa do cataclisma iminente interessa aos que precisam de novas razões para continuar exercendo o velho poder de aumentar impostos e impor regras, regulamentos e restrições

ROBERTO MOTTA · 30 AGO 2024

A obsessão em impor regimes internacionais sobre o uso de recursos naturais oferece aos países já desenvolvidos uma ferramenta extraordinária para a criação de obstáculos ao progresso tecnológico, industrial, agrícola e comercial dos países ainda em desenvolvimento. É a chamada visão *neomalthusiana*, que inclui também medidas de controle da natalidade. *Tudo para salvar o planeta*.

Foi para salvar o planeta que, inspirada pela pregação rancorosa de adolescentes escandinavas, a Alemanha trocou fontes seguras de energia pelo gás natural limpinho vindo da Rússia. Quando a Rússia invadiu a Ucrânia e o fornecimento de gás foi interrompido, a Alemanha, que tinha deixado sua política energética nas mãos de garotas de 15 anos, foi forçada a religar usinas termoelétricas a carvão, altamente poluidoras.

O preço pago pela infantilização da política é alto.

Essa comédia tem aspectos trágicos. Ela coloca em risco fontes de energia usadas por milhões de pessoas para aquecer suas casas, transportar mercadorias e, principalmente, produzir comida.

Considerando tudo isso, é importante perguntar: quem se beneficia de uma narrativa ambiental tão descolada da realidade? A primeira resposta é: *todos aqueles que têm interesse em controlar o cidadão comum.*

A narrativa do cataclisma iminente interessa aos que precisam de novas razões para continuar exercendo o velho poder de aumentar impostos e impor regras, regulamentos e restrições. São os mesmos que vivem de criar dificuldades para vender facilidades — como descobre qualquer pessoa que já tentou, alguma vez, conseguir licenciamento ambiental para um empreendimento.

O ecoativismo extremista é, na verdade, uma nova religião que oferece em sacrifício toda a humanidade. Como diz John O'Sullivan:

"Os novos ambientalistas viam o homem como um inimigo da natureza em vez de parte integral dela. Não tinham qualquer problema em empregar métodos artificiais para reduzir a sua espécie em número, e o consequente impacto ambiental. Para além disso, adoravam estranhas deusas, em particular Gaia (uma expressão antropomórfica da natureza cujo precursor foi James Lovelock, em 1972), e encontravam-se cada vez mais distantes dos conceitos cristãos."

Para compreender o cinismo dessa narrativa, lembrem-se disto: quando eu era garoto, havia a absoluta certeza — havia um *consenso* — de que a humanidade ia perecer em um apocalipse nuclear. A União dos Cientistas Atômicos, um grupo ativista pela paz, criou um *relógio do apocalipse* que mostrava quanto tempo faltava para o fim do mundo. A União Soviética e os Estados Unidos ameaçavam, um ao outro, com milhares de mísseis nucleares. Uma pequena fração desse arsenal bastaria para eliminar a vida na Terra. "Isso pode acontecer a qualquer momento", diziam os profetas do apocalipse.

Transição energética é uma pauta política, criada na década de 1970 e mantida viva através de um ativismo antifóssil tão apaixonado quanto desinformado.

Esse arsenal nuclear continua praticamente intocado até hoje. Na verdade, a situação piorou, porque outros países — como Índia, Paquistão e Coreia do Norte — juntaram-se ao clube nuclear. Um mundo reduzido a cinzas radioativas continua à distância do aperto de um botão de lançamento.

O que mudou para que as *"mudanças climáticas"* se tornassem a questão mais importante de hoje?

Quando a Rússia invadiu a Ucrânia e o fornecimento de gás foi interrompido, a Alemanha foi forçada a religar usinas termoelétricas a carvão, altamente poluidoras | Foto: Shuttertsock

Uma das consequências do desespero climático é a promoção imprudente do abandono dos "combustíveis fósseis", petróleo e carvão. É a chamada *descarbonização,* ou "transição energética", um eufemismo politicamente correto para um conjunto de regulamentações, iniciativas e projetos com variados graus de insensatez, geralmente financiados e pesadamente subsidiados com dinheiro dos pagadores de impostos — dinheiro que poderia ser usado para suprir outras necessidades, reais e prioritárias.

Na verdade, transição energética é uma pauta política, criada na década de 1970 e mantida viva através de um ativismo *antifóssil* tão apaixonado quanto desinformado. Essa *transição* é promovida por políticos cuja ignorância sobre a produção e o uso de energia só é comparável à avidez com que eles abraçam projetos bilionários. O ecossistema antipetróleo, composto de institutos, associações e organizações internacionais, especializou-se em produzir e despejar na mídia quantidades industriais de "relatórios" sobre o clima. As premissas e extrapolações de dados contidas nesses documentos têm tanto potencial de prever as alterações do clima quanto uma cartomante tem de prever o futuro. Não importa. O relatório de hoje — nunca questionado — estará nas manchetes da mídia amanhã.

A população — completamente alheia a essa discussão — quer energia para cozinhar, iluminar as ruas, transportar produtos e aquecer as casas. As pessoas precisam de comida, e os produtores de comida precisam de combustíveis. Mas a torcida organizada — e muito bem remunerada — da "transição energética" ignora tudo isso. Ignora também as consequências de abandonar fontes de energia abundantes e seguras como petróleo e carvão.

Mas essas consequências são graves.

O mundo caminha, naturalmente, para a diversificação das fontes de energia, não para uma simples substituição. Todas as formas de energia têm desafios de produção, geração, distribuição e tratamento de resíduos. Veículos elétricos são um ótimo exemplo: quem vê o carro não enxerga seu componente essencial: a bateria.

Baterias não produzem eletricidade. Elas simplesmente armazenam a energia que foi gerada em outro local — em usinas hidrelétricas, painéis solares, parques de geração eólica, usinas nucleares ou termoelétricas a carvão ou gás natural. Por isso não é correto dizer que um carro elétrico tem porcentual zero de emissões de carbono: isso depende da matriz energética de cada país. Por exemplo: nos EUA, em 2022, em média 20% da eletricidade do país foi produzida em usinas a carvão. Essa eletricidade alimenta a rede elétrica nacional. *Isso equivale a dizer que, no ano de 2022, 20% dos carros elétricos americanos eram movidos a carvão.*

Tem mais.

A Tesla é a montadora símbolo dos carros elétricos. A bateria de um carro Tesla modelo S pesa cerca de 550 quilos. Ela contém 15 quilos de lítio, 40 quilos de níquel, 13 quilos de cobalto, 20 quilos de manganês, 70 quilos de grafite e 15 quilos de alumínio. Um único veículo contém tanto lítio quanto *10 mil* telefones celulares. Um carro elétrico consome seis vezes mais matérias-primas raras do que um motor a combustão.

Foi isso que o jornal *Der Spiegel* chamou de "a verdade suja sobre as tecnologias limpas". Boa parte da matéria-prima usada para fabricar equipamentos como baterias ou pás de turbinas eólicas é obtida através de processos que, segundo a publicação alemã, "não passam de invasões brutais da natureza".

Um carro elétrico consome seis vezes mais matérias-primas raras do que um motor a combustão | Foto: Shutterstock

Sobre as turbinas eólicas, diz o *Der Spiegel*:

"Cada unidade requer cimento, areia, aço, zinco e alumínio. E toneladas de cobre: para o gerador, para a caixa de velocidades, para a estação transformadora e para os intermináveis fios do cabo. Cerca de 67 toneladas de cobre são usadas em uma turbina offshore *de médio porte. Para extrair essa quantidade de cobre, os mineradores precisam movimentar quase 50 mil toneladas de terra e rocha, cerca de cinco vezes o peso da Torre Eiffel. O minério precisa ser triturado, moído, regado e drenado. Resumindo: muita natureza destruída por um pouco de energia verde."*

Esses são os custos invisíveis da transição energética e da fuga histérica de um apocalipse largamente imaginário. Não existe almoço grátis, já ensinou Milton Friedman — e isso se aplica também à produção e ao uso de energia. A *descarbonização* da economia e a substituição dos combustíveis fósseis por fontes de energia "renováveis" aumenta a mineração — e isso resulta, frequentemente, em devastação ambiental. Governos tentam se livrar da dependência do petróleo apenas para cair na dependência de metais raros.

Nassim Taleb apresenta um argumento convincente: na dúvida, é melhor pecar pelo excesso de cautela (e de conservação) do que correr o risco de desequilibrar um sistema complexo como o meio ambiente, o que pode gerar resultados potencialmente trágicos e irreversíveis (ao menos no curto prazo e para a tecnologia atual).

Mas a mesma lógica precisa ser aplicada na avaliação de políticas "verdes", como o uso de veículos elétricos e a tal transição energética. Essas políticas têm, elas próprias, efeitos destrutivos, muitos deles ainda desconhecidos e cujo impacto pode ser igualmente trágico e irreversível.

O economista e pensador Friedrich Hayek, ganhador do Prêmio Nobel de 1974, apontava o erro que cometemos quando delegamos decisões importantes a "especialistas". Nem mesmo um "especialista" sabe tudo sobre determinada questão. Hayek explicava que o conhecimento distribuído pela sociedade é muito maior do que aquele que pode ser dominado por uma única pessoa ou um grupo.

Além disso, "especialistas" estão frequentemente sujeitos a vieses decorrentes dos cargos que ocupam, dos financiamentos que recebem ou da necessidade de conseguir visibilidade em um meio acadêmico extremamente competitivo. Por tudo isso, nenhum "especialista" — ou grupo deles — deveria tomar decisões em nome da sociedade, muito menos da humanidade.

Mas, quando se trata de meio ambiente, é justamente isso que acontece.

Retrato de Friedrich Hayek | Foto: Domínio Público

Astronautas Suni Williams e Butch Wilmore | Foto: Divulgação/Nasa

| EDIÇÃO 232

Detidos no espaço

Dois astronautas iam passar oito dias no espaço. Vão ser obrigados a passar oito meses

DAGOMIR MARQUEZI · 30 AGO 2024

"Para aquele que conquistou sua mente,
a mente é a melhor amiga,
mas para aquele que falhou em fazê-lo,
a mente é o maior inimigo."
(Kṛṣṇa Dvaipayana Vyāsa, *Bhagavad Gita*)

Os astronautas Butch Wilmore e Suni Williams na Estação Espacial Internacional | Foto: Divulgação/Nasa

No dia 5 de junho, dois astronautas americanos — Sunita "Suni" Williams e Barry "Butch" Wilmore — partiram para uma missão inédita de oito dias. Ela tem 58 anos, ele tem 61.

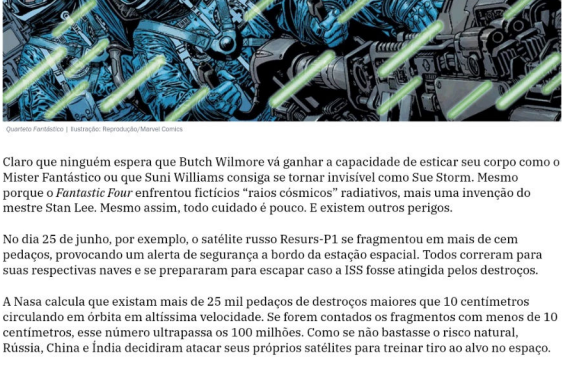
A missão consistia em pilotar uma nave Boeing Starliner até a Estação Espacial Internacional, a ISS, em órbita. Era a estreia da Starliner em um voo tripulado. Em termos espaciais, Barry e Sunita estavam fazendo um *test drive*, quase um bate e volta na ISS. Eles deveriam estacionar lá, esperar oito dias e trazer a nave de volta à Terra.

Mas a Starliner deu problemas. O sistema de propulsão teve um vazamento de gás hélio. Cinco dos 28 propulsores deixaram de funcionar corretamente. Barry e Sunita conseguiram chegar à estação em segurança no dia 6 de junho e foram recebidos pelo resto da tripulação a bordo, outros quatro astronautas americanos e três russos. A alegria deles ao chegar é evidente:

Então eles ficaram sabendo que não poderiam retornar na Starliner no prazo inicial de oito dias. A princípio, gostaram de adiar a volta. "Não estou reclamando", declarou Sunita quando soube da novidade. "Butch não está reclamando que nós vamos ficar aqui por um par de semanas a mais." O par de semanas está para completar três meses até esta edição. E vai continuar até o ano que vem.

Em qualquer situação é uma mudança e tanto. Imagine você indo passar oito dias fora e descobrindo que vai ter que ficar até fevereiro de 2025. Isso mexe com toda a sua vida e a de sua família.

100 milhões de fragmentos

Suni e Butch vão enfrentar problemas médicos que tendem a se agravar com o tempo. A falta de gravidade vai fazer com que seus músculos atrofiem. Outro problema é a exposição à radiação solar. No espaço, eles não contam com a proteção da atmosfera terrestre. No campo da ficção, foi a exposição à radiação que transformou os quatro astronautas no *Quarteto Fantástico*, dos quadrinhos Marvel.

Quarteto Fantástico | Ilustração: Reprodução/Marvel Comics

Claro que ninguém espera que Butch Wilmore vá ganhar a capacidade de esticar seu corpo como o Mister Fantástico ou que Suni Williams consiga se tornar invisível como Sue Storm. Mesmo porque o *Fantastic Four* enfrentou fictícios "raios cósmicos" radiativos, mais uma invenção do mestre Stan Lee. Mesmo assim, todo cuidado é pouco. E existem outros perigos.

No dia 25 de junho, por exemplo, o satélite russo Resurs-P1 se fragmentou em mais de cem pedaços, provocando um alerta de segurança a bordo da estação espacial. Todos correram para suas respectivas naves e se prepararam para escapar caso a ISS fosse atingida pelos destroços.

A Nasa calcula que existam mais de 25 mil pedaços de destroços maiores que 10 centímetros circulando em órbita em altíssima velocidade. Se forem contados os fragmentos com menos de 10 centímetros, esse número ultrapassa os 100 milhões. Como se não bastasse o risco natural, Rússia, China e Índia decidiram atacar seus próprios satélites para treinar tiro ao alvo no espaço.

Maratona espacial

Williams e Wilmore treinaram para essa missão mais do que Neil Armstrong, Buzz Aldrin e Michael Collins se prepararam para o primeiro pouso na Lua. São dois veteranos muito bem treinados. Especialmente Suni.

Sunita Williams nasceu em Euclid, no estado de Ohio, em uma família de indianos e eslovenos. Foi piloto de teste da Marinha americana e já voou mais de 3 mil horas em 30 tipos diferentes de aviões. Astronauta desde 1998, já soma 404 dias no espaço, incluindo a atual missão. Casada (com o policial Michael J. Williams), se tornou a mulher que passou mais tempo fora da nave em órbita. Foram 50h40, em sete "passeios" no vácuo.

Em 2007, Suni foi a primeira pessoa a participar de uma corrida no espaço. Enquanto se desenrolava a famosa Maratona de Boston na Terra, Suni corria a mesma distância numa esteira a bordo da ISS. Sua marca foi de 4h24 (o vencedor em Boston foi um queniano que completou o circuito em 2h14). Em 2012, um novo feito de Sunita: ela cumpriu uma prova de triatlo ocorrida em Malibu, na Califórnia, usando a esteira, uma bicicleta física e aparelhos de musculação para simular a natação.

Suni segue a religião hinduísta e já levou uma edição do livro sagrado *Bhagavad Gita* à ISS em 2006. Tem também uma forte ligação com a Eslovênia, terra dos seus ancestrais, onde se tornou uma espécie de ídolo.

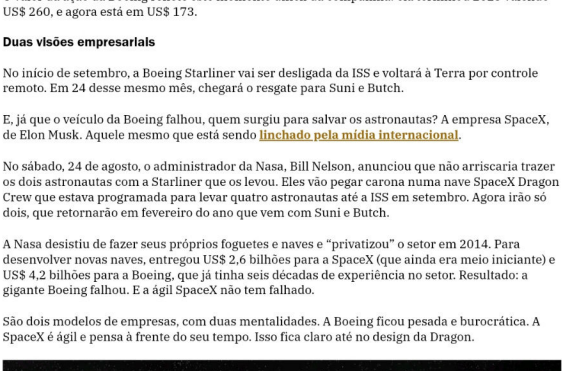
Barry Wilmore é casado, tem duas filhas, nasceu no estado de Tennessee e também veio da Marinha. É especialista em pouso e decolagem em porta-aviões. Participou de combates nos céus do Iraque e da Bósnia durante os anos 1990. Segundo o *New York Times*, foi aceito como astronauta em 2000. Participou de duas missões e passou um total de 261 dias no espaço — e contando.

O astronauta Butch Wilmore na Estação Espacial Internacional | Foto: Divulgação/Nasa

Um zumbido misterioso

O desenho da Boeing Starliner, também conhecida como CST-100, é bastante parecido com o da nave Apolo, que levou os primeiros humanos à Lua em 1969.

A falha dos sistemas de propulsão da Starliner é mais um golpe na imagem da gigante Boeing, que já vinha enfrentando problemas nos seus aviões comerciais. A Boeing já perdeu mais de US$ 1,4 bilhão no projeto, que dura mais de uma década.

Anteriormente, a Starliner havia apresentado problemas em dois testes sem tripulação. No primeiro, em 2019, errou a órbita e não conseguiu chegar à ISS. Em 2023, foram achados graves problemas na fiação elétrica e nos paraquedas usados no pouso. Um zumbido alto e insistente também provocou o adiamento de um voo.

Boeing Starliner | Foto: Reprodução/Boeing

"A Boeing está em um momento real de transição", declarou o jornalista Micah Maidenberg no podcast *The Journal*, do *Wall Street Journal*. "Eles têm um novo CEO. Há problemas e desafios reais em outras partes da empresa. Quer dizer, acho que o objetivo da Boeing antes desse voo era fazer isso, obter a certificação Starliner para operações regulares pela Nasa, voar nas seis mudanças de tripulação que eles têm contrato para voar. Depois [*do que aconteceu*], é difícil dizer."

O valor da ação da Boeing reflete este momento difícil da companhia: ela terminou 2023 valendo US$ 260, e agora está em US$ 173.

Duas visões empresariais

No início de setembro, a Boeing Starliner vai ser desligada da ISS e voltará à Terra por controle remoto. Em 24 desse mesmo mês, chegará o resgate para Suni e Butch.

E, já que o veículo da Boeing falhou, quem surgiu para salvar os astronautas? A empresa SpaceX, de Elon Musk. Aquele mesmo que está sendo linchado pela mídia internacional.

No sábado, 24 de agosto, o administrador da Nasa, Bill Nelson, anunciou que não arriscaria trazer os dois astronautas com a Starliner que os levou. Eles vão pegar carona numa nave SpaceX Dragon Crew que estava programada para levar quatro astronautas até a ISS em setembro. Agora irão só dois, que retornarão em fevereiro do ano que vem com Suni e Butch.

A Nasa desistiu de fazer seus próprios foguetes e naves e "privatizou" o setor em 2014. Para desenvolver novas naves, entregou US$ 2,6 bilhões para a SpaceX (que ainda era meio iniciante) e US$ 4,2 bilhões para a Boeing, que já tinha seis décadas de experiência no setor. Resultado: a gigante Boeing falhou. E a ágil SpaceX não tem falhado.

São dois modelos de empresas, com duas mentalidades. A Boeing ficou pesada e burocrática. A SpaceX é ágil e pensa à frente do seu tempo. Isso fica claro até no design da Dragon.

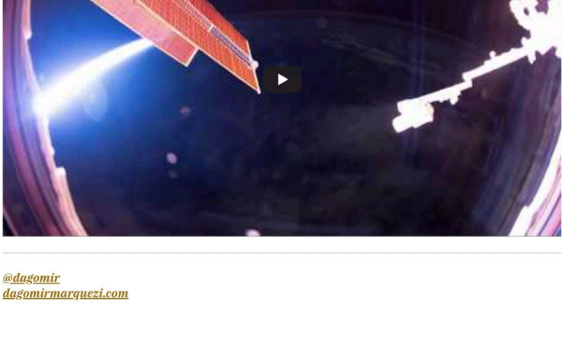
Dragon, da SpaceX | Foto: Divulgação/SpaceX

Sonhando com a Lua

Apesar da lotação máxima, não deverá faltar suprimentos nesses oito meses de espera. A gerente de programação da Nasa, Dana Weigel, disse que recentemente uma carga com 3,7 mil quilos de equipamentos e mantimentos, incluindo café, laranjas, cenouras, maçãs, *grapefruits* e amoras, foi enviada à ISS. "Ninguém vai passar por uma dieta ou restrição de calorias", declarou Weigel.

"Estamos bem ocupados por aqui", disse Suni na última coletiva de imprensa transmitida da ISS, em julho. Ela está consertando um sistema que transforma a urina dos astronautas em água, trabalhando em sequenciamento genético e experimentando algo misteriosamente chamado de "microscópio lunar".

Wilmore, por sua vez, está inspecionando o encanamento da estação e ajudando no projeto (chamado Veggie) de cultivar algumas plantas a bordo (como rabanetes).

O sonho dos dois e de todos os astronautas da Nasa tem data marcada: 2026. Será quando o programa Artemis deverá levar os humanos à Lua para o início da construção da base permanente. "Eu ia amar ir para a Lua", disse Sunita. "Acho que isso está em nossa alma. Mas eu também sei que temos astronautas realmente bons e que talvez esteja na hora de pendurar minhas chuteiras voadoras."

A astronauta Suni Williams na Estação Espacial Internacional | Foto: Divulgação/Nasa

'Esse é seu lugar feliz'

Para nós, não astronautas, acostumados aos confortos da vida urbana, passar oito meses numa estação espacial, sem conseguir tomar um banho direito, com dificuldades técnicas para tarefas simples como defecar ou assoar o nariz, pode parecer insuportável.

Mas pense em dois seres humanos vivendo meses nesse mundo paralelo, flutuando para se deslocar, explorando além da fronteira da ciência conhecida, observando a dança das constelações ao redor de seus olhos. Michael, o marido de Suni, encarou o adiamento do retorno com naturalidade: "Esse é seu lugar feliz". "É um grande lugar para estar, um grande lugar para viver, um grande lugar para trabalhar", declarou Butch sobre a ISS em coletiva para a imprensa.

Deve haver, claro, momentos de depressão, irritação, atrito, frustração e especialmente de saudade a bordo de uma estação espacial. A ISS está tecnologicamente ultrapassada, vivendo seus últimos cinco anos de vida útil. As imagens do seu interior mostram tediosos corredores brancos com cabos pendurados pelas paredes. É preciso muito domínio da mente para não enlouquecer num ambiente desagradável como esse.

Em compensação, o sol nasce e se põe 16 vezes a cada 24 horas na janela da estação, a 400 mil metros de altitude.

@dagomir
dagomirmarquezi.com

Joe Biden, atual presidente, e Kamala Harris, candidata à Presidência dos Estados Unidos | Foto: Reuters/Ken Cedeno

Entre em nosso grupo no Telegram: t.me/CLUBEDEREVISTAS

| EDIÇÃO 232

O abismo entre as elites e as massas

Além de introduzir uma agenda social reacionária, a pauta woke agora exige que os eleitores fiquem extasiados com os candidatos ruins

TOM SLATER, DA SPIKED - 30 AGO 2024

Entre em nosso grupo no Telegram: t.me/CLUBEDEREVISTAS

Diga o que quiser sobre Kamala Harris, mas ela consegue ler um *teleprompter* como ninguém. A vice-presidente, que se tornou candidata à Presidência, fez o discurso em que aceitou sua nomeação para as eleições presidenciais na Convenção Nacional Democrata, em Chicago, na noite de 22 de agosto, e demonstrou a elegância necessária para enfrentar 40 minutos de um discurso com roteiro rígido — e a mistura tradicional de autobiografia cor-de-rosa, chavões e ataques orientados — e continuar firme. É uma régua baixa, mas que seu sonâmbulo antecessor, o presidente Joe Biden, teve dificuldade de ultrapassar no final de sua candidatura.

Entre em nosso grupo no Telegram: t.me/CLUBEDEREVISTAS

Estava tudo lá. A narrativa folclórica e digna de um filme para TV de sua infância, filha de pai jamaicano e mãe indiana, cercada de familiares, amigos e vizinhos que pareciam estar sempre fazendo discursos motivacionais. "Nunca deixe que ninguém diga quem você é. Mostre a eles quem você é", parece que sua finada mãe, Shyamala, gostava de dizer. É o tipo de baboseira que só os políticos americanos conseguem dizer sem vomitar. Cem por cento Hollywood.

A candidata presidencial democrata e vice-presidente dos Estados Unidos, Kamala Harris, fala na Convenção Nacional Democrata (DNC), no United Center, em Chicago, Illinois (22/8/2024) | Foto: Reuters/Kevin Wurm

A falsidade está embutida, especialmente com Kamala Harris. Estamos falando de uma figura política que, quando estava concorrendo pela primeira vez à Presidência, em 2019, criticou Joe Biden por seu histórico em questões raciais e chamou suas relações cordiais com senadores segregacionistas do Sul dos EUA de "dolorosas". Ela também disse em 2019 que "acreditava" nas mulheres que o tinham acusado de violência sexual. Mais ou menos um ano depois, quando sua própria campanha fracassou por causa dos péssimos resultados nas pesquisas, Harris aceitou de bom grado o convite para ser sua companheira de chapa. No discurso do dia 22, ela rasgou elogios a Biden: "Seu histórico é extraordinário, como a história vai mostrar, e seu caráter é inspirador".

O partido das elites e do setor público

Em termos de políticas, seu discurso ofereceu migalhas e intenções vagas — como esperávamos. Até o momento, em comparação, a campanha de Harris pela segurança fez o primeiro-ministro britânico Keir Starmer parecer um ideólogo imprudente. Talvez porque não queira chamar muita atenção para o fato de que ela, assim como Starmer, mudou quase todas as posições que já teve. Então Harris manteve as coisas simples e (em grande parte) incontroversas. Ela prometeu um "corte de impostos para a classe média", um cessar-fogo em Gaza (e Israel seguro). Prometeu "gerar empregos, fazer nossa economia crescer e reduzir o custo das necessidades cotidianas, como assistência médica, moradia e mantimentos" — metas de que quase ninguém poderia discordar, mas não fez nenhuma tentativa real de explicar como seriam alcançadas. De forma mais decisiva, ela se comprometeu a proteger o direito ao aborto: a criptonita eleitoral dos republicanos desde a derrubada do caso "Roe *versus* Wade".

Kamala Harris prometeu cortar impostos para a classe média, cessar fogo em Gaza assegurando Israel, além de gerar empregos, fazer a economia crescer e reduzir os custos de vida, propostas genéricas que não dizem muito | Foto: Reuters/Mike Segar

Sinalização de virtude, triangulação, gerenciamento impessoal — é o que tem dominado a política democrata há muito tempo. Mas o identitarismo piorou muito a situação. Além de introduzir uma agenda social reacionária, a pauta *woke* agora exige que os eleitores fiquem extasiados com os candidatos ruins — não por causa do que defendem, mas pelo que seu sucesso eleitoral "representaria". Foi assim com Hillary Clinton, que, acreditavam as elites democratas, poderia aproveitar uma onda de feminismo de elite "ambicioso" para chegar à Casa Branca. E o mesmo acontece com Kamala Harris. Aponte uma questão sobre a substância ou os princípios dela, e o fã-clube vai ficar olhando ao longe, murmurando "não seria ótimo se tivéssemos uma presidente negra e mulher?". Eles desdenham os conservadores por chamá-la de "candidata DEI [*diversidade, equidade, inclusão*]", ao mesmo tempo que a defendem nesses mesmos termos. Embora o discurso tenha sido um pouco mais contido desta vez, as elites democratas ainda não conseguem deixar de requentar o tipo de política identitária elitista que, nos últimos oito anos, levou cada vez mais a classe trabalhadora multirracial dos EUA para o lado republicano.

Se a ascensão de Harris representa alguma coisa, é a determinação implacável da elite democrata de se manter no poder. Primeiro, a máquina descartou Biden depois de seu desempenho humilhante no palco do debate com Trump; em seguida, começou a elogiar uma mulher que, até cinco minutos atrás, todos diziam, de forma reservada, ser um peso leve na política e um desastre como vice-presidente. Ao mesmo tempo, essa ascensão sela a mudança de longa data do partido, que deixou de ser o suposto partido dos trabalhadores e de seus sindicatos proletários para se tornar o partido das elites das costas americanas e do setor público engravatado — o "partido dos sindicatos de professores, das grandes empresas de tecnologia e das corporações", como Ben Domenech define tão bem. A rotina do "democrata de sede de sindicato" de Biden não foi exatamente um último suspiro, mas um retorno performático e pouco convincente a um Partido Democrata que não existe há muito tempo.

A "kamalamania" é uma doença que não parece que vai se espalhar para além da classe social dos laptops

---

A 'kamalamania' é uma doença

Ainda assim, Trump continua a ser o grande unificador, pelo menos no que diz respeito aos aparelhistas democratas. Como aconteceu no decorrer de toda a Convenção Nacional Democrata deste ano, o discurso de Harris foi mais sobre a necessidade supostamente histórica de deter Trump — que, segundo ela, quer "levar nosso país de volta ao passado" — do que sobre a construção de um futuro brilhante e promissor. O entusiasmo fabricado da coroação de Harris não tem nada a ver com ela e tudo a ver com um *establishment* democrata que quer ser competitivo de novo, depois dos últimos dias cambaleantes de Biden na chapa.

Donald Trump, candidato presidencial republicano e ex-presidente dos Estados Unidos, fala em um comício em Glendale, no Arizona (23/8/2024) | Foto: Reuters/Go Nakamura

Ouso dizer que o *establishment* vai cair em si quando Harris entrar em contato com um maior escrutínio público e midiático, algo que ela tem evitado de maneira consciente até agora. Os comentários sobre seu discurso têm sido surpreendentemente mornos. "Não foi um discurso político para entrar para a história", começa uma reportagem do *Guardian*, com um quê de eufemismo. O primeiro debate de Harris com Trump, em setembro, será seu primeiro teste real. Mas também não será fácil para Trump, que tem se esforçado para atacar Harris sem recorrer às suas piores tendências — discorrendo sobre ela se identificar como negra ou indiana e lutando para se ater à economia e à política de imigração, onde ele é mais forte.

Se Kamala Harris conseguir uma vitória improvável em novembro, não será devido ao grande entusiasmo gerado por ela no país. A "kamalamania" é uma doença que não parece que vai se espalhar para além da classe social dos *laptops*. Enquanto isso, os americanos da classe trabalhadora, que lutam para colocar comida na mesa, alimentando a suspeita de que as elites liberais ainda os desprezam e a seus valores, estão ligando a TV para ver os líderes dos democratas falando sobre a "alegria" que essa figura política de carreira inexpressiva despertou. Harris pode ter sido abençoada com um oponente impopular. Mas ninguém se alimenta de *vibes*.

***Tom Slater** é editor da* Spiked. *Ele está no X: @Tom_Slater_*

No dia 28 de agosto de 1941, foi transmitido pela primeira vez o jornal *Repórter Esso* | Foto: Reprodução

| EDIÇÃO 232

Imagem da Semana: Repórter Esso

Em agosto de 1941, estreava o primeiro radiojornal do país, conquistando a credibilidade e a audiência dos brasileiros

DANIELA GIORNO - 30 AGO 2024

Com os *slogans* "O primeiro a dar as últimas" e "Testemunha ocular da História", o *Repórter Esso* fez sua estreia em 28 de agosto de 1941 em uma influente emissora estatal da época e marcou o início de uma nova era no radiojornalismo nacional.

O nome do programa era uma referência ao patrocinador, a Esso do Brasil — produto de comunicação da Standard Oil Company of Brazil, gigante do petróleo americano —, e seguia o padrão do jornal *Your Esso Reporter*, nos Estados Unidos. O conteúdo era supervisionado pela empresa de publicidade McCann Erickson e produzido pela agência internacional de notícias United Press Association (UPA). No auge da Segunda Guerra Mundial, quando a Alemanha invadiu a União Soviética com 3 milhões de soldados e, no Brasil, Getúlio Vargas comandava a ditadura do Estado Novo, a primeira edição foi ao ar na Rádio Nacional. Depois a atração passou a ser transmitida em outras rádios.

Com o surgimento da televisão, o *Repórter Esso* migrou para a TV Tupi. Inicialmente com o nome *O Seu Repórter Esso*, foi apresentado de 10 de abril de 1952 a 31 de dezembro de 1970.

Cartaz de 1941 anuncia o lançamento do *Repórter Esso* | Foto: Reprodução

O *Repórter Esso* estreou na televisão em 1952 e ficou no ar até 1970 | Foto: Divulgação/Repórter Esso

O *Repórter Esso* revolucionou o jornalismo brasileiro e logo conquistou a confiança da audiência. A narração do locutor era séria e não se limitava à leitura de notícias recortadas de outros jornais ou agências. Havia rigor na apuração dos acontecimentos, sempre checados com cuidado. As informações eram transmitidas de forma clara, curta, direta e sem muitos adjetivos, quebrando, assim, o estilo pomposo existente na época. Alguns de seus locutores ficaram marcados pelo enorme prestígio que conquistaram ao apresentar o programa. Um deles foi Heron Domingues, cuja voz se tornou referência e deu personalidade para o jornal entre 1944 e 1962. Ficou conhecido como "o homem que parava o Brasil".

Ao longo de sua trajetória, o *Repórter Esso* se destacou por cobrir eventos históricos significativos, como o suicídio de Getúlio Vargas, a chegada do homem à Lua, a morte de Carmen Miranda e o fim da Segunda Guerra Mundial.

No dia 2 de setembro de 1945, a Rádio Tupi surpreendeu o público ao anunciar o fim da Segunda Guerra Mundial, mas a credibilidade do *Esso* era tamanha, que o conflito só foi considerado encerrado pelos brasileiros quando o locutor Heron Domingues entrou no ar e repetiu, animadamente:

"Aqui fala o Seu Repórter Esso, testemunha ocular da História. A Rádio de Hamburgo, depois de transmitir o 'Crepúsculo dos Deuses' durante muitas horas, acaba de anunciar: o Führer morreu! Terminou a guerra! Terminou a guerra! Terminou a guerra!"

Heron Domingues foi a voz oficial do *Repórter Esso* | Foto: Reprodução

GUERRA!

ANUNCIADA OFICIALMENTE A RENDIÇÃO DE TODOS OS EXÉRCITOS ALEMÃES

EDIÇÃO EXTRA

DOENITZ ORDENOU A CESSAÇÃO DA LUTA

VITÓRIA!

A última transmissão na rádio ocorreu no dia 31 de dezembro de 1968, depois de 27 anos de atividade. Na televisão, a atração durou ainda mais dois anos. O desgaste político com o regime militar foi uma das principais razões da vida curta do programa no Brasil. A concorrência e a distribuição desigual de verbas publicitárias também colaboraram para o encerramento das atividades no país.

A edição final foi marcada pelo choro ao vivo do locutor Roberto Figueiredo, que caiu aos prantos durante a leitura da última notícia. O locutor reserva Plácido Ribeiro seguiu com a apresentação na rádio. No final, Roberto encerrou o último *Repórter Esso* desejando uma boa-noite e um feliz Ano-Novo.

Apesar da sua extinção, o *Repórter Esso* foi um dos programas jornalísticos mais icônicos e importantes da história do rádio e da televisão no Brasil. Pioneiro na forma de transmitir os acontecimentos, não por acaso seu maior legado foi a credibilidade e a precisão na transmissão das notícias.

Anúncio comunica a última edição do *Repórter Esso* na televisão | Foto: Divulgação/Repórter Esso

Daniela Giorno *é diretora de arte de* **Oeste** *e, a cada edição, seleciona uma imagem relevante na semana. São fotografias esteticamente interessantes, clássicas ou que simplesmente merecem ser vistas, revistas ou conhecidas.*

Wagner Lenhart, presidente do Instituto Millenium | Foto: Arquivo pessoal

| EDIÇÃO 232

'A democracia brasileira vive uma crise de legitimidade'

Para Wagner Lenhart, presidente do Instituto Millenium, o equilíbrio entre os três Poderes foi abalado no Brasil pela atuação do Supremo Tribunal Federal

ANDERSON SCARDOELLI · 30 AGO 2024

"Estado de Direito", "liberdades individuais" e "democracia". Essas são algumas das palavras que saem com facilidade da boca de Wagner Lenhart, presidente do Instituto Millenium, associação sem fins lucrativos que completou a maioridade em 2024. Mais do que expressões ditas em uma entrevista, a defesa irrestrita desses valores é parte da bandeira da instituição.

Gaúcho de Porto Alegre, Lenhart vê em risco o que ele e o instituto sob sua liderança defendem. "Temos um equilíbrio de Poderes que perdeu a essência, não está na sua melhor forma", diz. "O Judiciário brasileiro, especialmente o Supremo Tribunal Federal, avançou em competências ou atribuições que, num primeiro momento, deveriam ser dos outros dois Poderes." Para Lenhart, o Brasil, assim como outras nações do mundo, enfrenta uma crise de legitimidade democrática.

Defensor do que chama de "federalismo mais robusto", com Estados e municípios com maior protagonismo diante da União, ele cobra uma postura mais enérgica por parte do Executivo e do Legislativo brasileiros. De acordo com Lenhart, a tripartição do Poder precisa voltar ao equilíbrio no país — justamente para que um dos Poderes, o Judiciário, no caso, não se sinta mais imponente que os demais.

Lenhart também lamenta a postura adotada até aqui pelo governo brasileiro em relação ao que ocorre com o processo eleitoral venezuelano. "Ser cúmplice de um regime como o de Maduro é muito grave", afirma. "Mas parte da esquerda aqui no Brasil continua simpática a Cuba. Essa mesma esquerda, apesar de agora estar em cima do muro, continua simpática à Venezuela e a outros regimes autoritários."

Confira os principais trechos da entrevista.

Wagner Lenhart, o gaúcho de Porto Alegre que preside o Instituto Millenium há quatro meses | Foto: Divulgação/Instituto Millenium

Qual é a importância de o Brasil contar com centros de estudos e discussões em favor das liberdades?

No Brasil, a tradição de *think tanks*, de institutos que propõem ideias, não é tão madura quanto em outros países. No caso do Millenium, o que se procura é justamente ser uma fonte de ideias, de propostas, de boas políticas públicas, para que o Brasil consiga superar os desafios que tem enquanto país. Por aqui, isso se dá claramente com a crença de que a democracia liberal, o Estado de Direito e as liberdades individuais são essenciais para a prosperidade.

Estado Democrático de Direito, liberdades individuais e democracia: como o senhor vê esses valores no Brasil de hoje?

Passamos por grandes desafios, tanto do ponto de vista das liberdades individuais quanto da própria dinâmica democrática. Em primeiro lugar, o que a gente vê hoje no Brasil parece uma crise na legitimidade dessa representação democrática, o que é muito ruim. É importante que a democracia não só tenha instituições sólidas, mas seja vista pela população como algo justo, bem desenhado e que reflete a vontade da maioria. O que se vê hoje — não só no Brasil, mas em outros países — é uma crise de legitimidade.

Como essa crise de legitimidade democrática tem ocorrido na prática?

Uma leitura que eu tenho dessa crise de legitimidade da democracia moderna é que você tem entes políticos centrais cada vez mais poderosos. A União no Brasil e a União dos Estados Unidos, por exemplo, estão cada vez mais fortes. Concentram poder e a tomada de decisão que influencia a vida das pessoas. Isso acaba distanciando as pessoas de onde a decisão é tomada.

Por quais razões há esse distanciamento dos cidadãos com o poder?

As pessoas vivem nas cidades, mas a decisão, na maior parte das vezes, é tomada em Brasília. Parece-me que um caminho para recuperar essa legitimidade da democracia é dar mais protagonismo para os entes subnacionais, sejam eles Estados ou municípios. Seria uma forma de federalismo mais robusto. A retomada de uma democracia mais forte passa por essa descentralização. É o único problema, a única forma de solucionar? Não. Mas é um ponto pouco falado hoje em dia, e vale a pena a gente retomar essa reflexão.

Esplanada dos Ministérios do Distrito Federal, em Brasília | Foto: Erich Sacco/Shutterstock

No Brasil, essa concentração de poder vai além das esferas federais do Executivo e do Legislativo? O Judiciário também é parte desse problema?

Temos um equilíbrio de Poderes que perdeu a essência, que não está na sua melhor forma. O Judiciário brasileiro, especialmente o Supremo Tribunal Federal, avançou em competências ou atribuições que, num primeiro momento, dentro do nosso ordenamento, deveriam ser dos outros dois Poderes. A balança está desequilibrada nesse sentido.

Com o Judiciário avançando sobre competências que deveriam ser dos outros dois Poderes da República, o que deve ser feito a partir de agora?

O Executivo e o Legislativo precisam fazer uso de suas esferas de atuação para retomar o equilíbrio. Porque, sem dúvida, hoje descalibrou esse equilíbrio dentro da Constituição. Nesse sentido, é importante lembrar que, quando se constituiu esse conceito de tripartição do Poder — doutrinariamente com Montesquieu e na prática com a Constituição norte-americana de 1787 —, pensou-se especialmente no modelo dos Estados Unidos, para você de fato ter uma separação, e essa separação limitar o poder.

"A Venezuela não virou um governo autoritário em 2024. Esse foi apenas o ano em que ficou impossível não ver isso"

O senhor se preocupa com a situação atual do país?

A grande preocupação, e aí falando um pouco desse momento da construção dos Estados Unidos, é que a separação de Poderes foi implementada como uma forma de limitar o Poder. Os Pais Fundadores dos EUA entendiam que o Poder é perigoso, sendo ainda mais perigoso quando concentrado. Por isso, a ideia de ter mecanismos constitucionais para limitar o Poder é fundamental.

No dia a dia, como se dá essa descalibração entre os Poderes do Brasil?

Do ponto de vista da separação dos Poderes em si, especialmente nos últimos anos, a gente viu um dos três Poderes — o Judiciário, no caso — se colocar em muitos momentos acima dos outros ou entrar em competências que tradicionalmente não seriam dele.

Ministros Luís Roberto Barroso, Alexandre de Moraes e André Mendonça, durante sessão plenária do Supremo Tribunal Federal, em Brasília (6/4/2022) | Foto: Nelson Jr./SCO/STF

O senhor tem dado os Estados Unidos como exemplo. Por lá, a eleição para deputado federal ocorre por meio do voto distrital. Qual é sua opinião a respeito desse modelo? Esse formato poderia ser adotado no Brasil?

O voto distrital tem algumas vantagens interessantes, inclusive a de aproximar o eleitor do político eleito. Acaba dando, justamente, mais legitimidade democrática, porque a pessoa vai ser eleita por uma determinada localidade, por um determinado distrito. E o povo saberá a quem cobrar. Facilita a prestação de contas do representante para os seus representados. Fora que torna o processo eleitoral mais barato. Hoje, por exemplo, quando um candidato a deputado vai fazer campanha no Brasil, ele tem que buscar votos pelo Estado inteiro. Quando você tem um distrito, isso gera uma potencial economia no custo da campanha.

Qual é o posicionamento do instituto e do senhor diante do fato de alguns candidatos e partidos políticos brasileiros defenderem a ditadura venezuelana?

A Venezuela não virou um governo autoritário em 2024. Esse foi apenas o ano em que ficou impossível não ver isso. Por isso, muitos atores políticos aqui no Brasil que defendem a Venezuela, e sabem há muito tempo que a Venezuela não é uma democracia, estão agora ou se posicionando de maneira contrária ou ficando mais em cima do muro. Essas pessoas precisam ser cobradas por essa posição. Não basta, se você acredita de fato na democracia e na liberdade, defendê-la só dentro do seu país. Você também tem que defender a democracia no exterior.

Como o senhor vê o fato de, até o momento, o Ministério das Relações Exteriores do Brasil não ter cravado que houve fraude na eleição em que o ditador Nicolás Maduro foi declarado "vencedor" na Venezuela?

Ser cúmplice de um regime como o de Maduro é muito grave e faz questionar se, de fato, a democracia e as liberdades são importantes para essas pessoas. Gabriel Boric, o presidente do Chile, que é assumidamente de esquerda, tem sido crítico do regime venezuelano há muito tempo. Trata-se da posição de uma esquerda mais moderna, que não aceita e não faz concessões ao autoritarismo. Mas parte da esquerda aqui no Brasil continua simpática a Cuba. Essa mesma esquerda, apesar de agora estar em cima do muro, continua simpática à Venezuela e a outros regimes autoritários. O ideal seria o Brasil se posicionar junto com a maior parte dos países das Américas e de outras nações do mundo civilizado que se posicionaram de forma firme, dado todo o fluxo de informações que chegaram do processo eleitoral venezuelano. Mas, infelizmente, o Brasil preferiu ficar em cima do muro.

Nicolás Maduro, ditador venezuelano que conta com apoio de parte da esquerda brasileira | Foto: RS/Via Fotos Públicas

Dado Schneider, professor e palestrante, é o convidado do **Papo com Ela** desta semana | Foto: Revista Oeste

EDIÇÃO 232

'Não somos os mesmos humanos de antes do celular'

Dado Schneider, palestrante sobre a geração Z, foi o convidado do programa **Papo com Ela**

REDAÇÃO OESTE · 30 AGO 2024

Pós-graduado em marketing, Dado Schneider também é escritor, professor e palestrante. Como profissional publicitário, criou a marca Claro e teve papel de destaque na evolução do Magalu.

Atualmente, diz que suas paixões são as salas de aula e as palestras sobre o tema "geração Z e o futuro do trabalho".

Gaúcho de nascimento, Dado percorre o Brasil dissertando sobre as características das diferentes gerações, os conflitos entre elas e os impactos de cada uma ao longo das décadas.

Autor dos livros *O Mundo Mudou... Bem na Minha Vez* e *Desacomodado* (inteiramente escrito em tuítes), Dado conta que estuda o tema há muito tempo. Para ele, todos têm que se adaptar e aprender algo com a nova geração, chamada Z.

Segundo Dado, essa geração, que nasceu na "era digital", se relaciona de modo diferente com familiares, amigos e parceiros amorosos. Isso pode, entre outras coisas, mudar o perfil de contratações e prestações de serviços nos ambientes de trabalho no Brasil.

---

*Apresentado por **Adriana Reid**, o programa de entrevistas **Papo com Ela** vai ao ar todas as terças-feiras, às 20h30, nos canais da Revista Oeste e Umbrella Mídia, no YouTube.*